



Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo – PREVCOM



Conselho Fiscal Relatório de Controles Internos 2º Semestre de 2021

Sumário

1	Introdução.....	2
2	Análise da Aderência da Gestão dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios às normas em vigor e às Políticas de Investimentos.....	3
2.1.	Políticas de Investimentos para o exercício de 2º semestre de 2021	3
2.2.	Alocação	4
2.3.	Rentabilidade	12
2.1.	Custos com Gestão de Recursos	17
2.2.	Controle de Riscos de Investimentos.....	19
2.3.	Manifestação e Recomendação do Conselho Fiscal	23
3	Análise da Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais.....	24
3.1.	Relatório de Reservas Matemáticas dos Planos de Benefícios (Anexo VI)	24
3.2.	Patrimônio de Cobertura do Plano.....	30
3.3.	Manifestação e Recomendação do Conselho Fiscal	33
4	Acompanhamento da Execução Orçamentária.....	34
4.1.	Gestão Previdencial.....	34
4.1.1.	Da execução orçamentária das Adições	34
4.1.2.	Atividades previdenciárias.....	37
4.1.3.	Da execução orçamentária das Deduções.....	39
4.2.	Gestão Administrativa.....	40
4.2.1.	Da execução orçamentária das receitas administrativas	40
4.2.2.	Da execução orçamentária das despesas administrativas.....	41
4.2.3.	Acompanhamento dos indicadores de Gestão.....	43
4.2.3.1	Análise individualizada dos indicadores de Gestão	44
4.3.	Investimentos.....	52
4.3.1.	Da execução orçamentária dos investimentos do Fundo Administrativo	52
4.4.	Manifestação e Recomendação do Conselho Fiscal	52
5	Investimentos em Imobilizado e Intangível	54
5.1.	Manifestação e Recomendação do Conselho Fiscal	54
6	Gestão de Risco e Controles Internos	56
6.1.	Comentários e Recomendações do Conselho Fiscal	57
6.2.	Manifestação do Conselho Fiscal.....	58
7	Processos de Certificação	59
7.1.	Conformidade aos processos de certificação, habilitação e qualificação da PREVCOM.....	59
7.2.	Manifestação do Conselho Fiscal	64
8	Acompanhamento dos Apontamentos do Relatório Anterior (1º Semestre/2021)	65
	Anexos	70

1 Introdução

O Conselho Fiscal da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo PREVCOM (a partir de 2019, a Fundação alterou sua marca de SP-PREVCOM para PREVCOM), representado por seus membros infra-assinados, manifesta-se acerca das determinações contidas no artigo 19 da Resolução CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, referente às atividades desenvolvidas no 2º semestre de 2021, com base nas análises e demonstrativos produzidos pelas áreas competentes da PREVCOM.

Neste relatório, as informações referem-se aos seguintes Planos de Benefícios:

- Plano de Benefícios PREVCOM RP (CNPB 2013.0001-38)
- Plano de Benefícios PREVCOM RG (CNPB 2013.0002-19)
- Plano de Benefícios PREVCOM RG-UNIS (CNPB 2013.0020-92)
- Plano de Benefícios PREVCOM RO – RONDÔNIA (CNPB 2018.0013-29)
- Plano de Benefícios SP PREVIDÊNCIA (CNPB 2019.0038-56)
- Plano de Benefícios PREVCOM MS (CNPB 2020.0004-74)
- Plano de Benefícios PREVCOM MULTI (CNPB 2018.0018-92)
- Plano de Benefícios PREVCOM MT (CNPB 2020.0026-47)
- Plano de Gestão Administrativa – PGA Consolidado*

* As constatações do Plano de Gestão Administrativa – PGA serão demonstradas de forma consolidada, uma vez que os recursos destinados à gestão administrativa dos planos de benefícios e as respectivas despesas são geridos de forma solidária, sendo registrada, em cada plano de benefícios, a parcela a este pertinente.

2 Análise da Aderência da Gestão dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios às normas em vigor e às Políticas de Investimentos

2.1. Políticas de Investimentos para o exercício de 2º semestre de 2021

As Políticas de Investimentos (Anexo I) estão segregadas por planos Plano de Benefícios:

- PREVCOM RP (CNPB 2013.0001-38)
- Plano de Benefícios PREVCOM RG (CNPB 2013.0002-19)
- Plano de Benefícios PREVCOM RG-UNIS (CNPB 2013.0020-92)
- Plano de Benefícios PREVCOM RO – RONDÔNIA (CNPB 2018.0013-29)
- Plano de Benefícios SP PREVIDÊNCIA (CNPB 2019.0038-56)
- Plano de Benefícios PREVCOM MS (CNPB 2020.0004-74)
- Plano de Benefícios PREVCOM MULTI (CNPB 2018.0018-92)
- Plano de Benefícios PREVCOM MT (CNPB 2020.0026-47)
- Plano de Gestão Administrativa – PGA Consolidado*

As políticas mencionadas estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.661, de 25.05.2018 e à Instrução PREVIC nº 6, de 14.11.2018. Tais políticas foram confeccionadas e aprovadas obedecendo as melhores práticas de governança em consonância com o nível de risco deliberado pelo conselho deliberativo, visando obter retornos consistentes no longo prazo. Entretanto, usualmente são revistas anualmente e podem ser submetidas a revisões durante o seu período de validade, sempre que necessário, a fim de garantir condições de segurança, rentabilidade, liquidez, solvência e transparência aos investimentos frente às mudanças da conjuntura econômica vigente e âmbito legal.

Os Planos de Benefícios estão estruturados na modalidade de Contribuição Definida e estão devidamente registrados no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB, junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

No primeiro semestre de 2021 foram iniciados os balanceamentos dos investimentos de acordo com as políticas de investimentos para esses planos vindouros que foram aprovadas pelo CD vislumbrando atingir o alvo pelos próximos 5 anos.

Em 2021 a Prevcom implementou acompanhamento por meio de plataforma de investimentos que permite analisar o enquadramento por cada fundo investido e para análise por ativo o enquadramento foi elaborado pela PPS Consultoria, que também foi responsável pela elaboração e discussão do ALM entre todos os demais produtos envolvendo estratégias com investimentos. Buscando melhor atendimento a área de investimentos, este contrato não foi renovado em dezembro de 2021 para que pudesse ser aberta uma nova concorrência que se fez necessária uma vez que ao longo dos anos houve uma ampliação na quantidade de planos sob administração pela PREVCOM bem como diversificação de cada plano de acordo com as políticas pré-aprovadas, em sua maioria divergentes entre si, sofisticando em muito o planejamento e as estratégias de investimentos da fundação. Levando em conta que hoje a diretoria de Investimentos conta com um funcionário Assistente de Previdência Complementar II além da própria AETQ consideramos que a área de investimentos segue modo de contingência realizando suas atividades principais na medida em que há mão de obra / tempo disponível.

2.2. Alocação

Com a contratação dos serviços de administração fiduciária e custódia centralizada, através da Intrag Administradora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., as aplicações nos fundos são custodiadas e realizadas nas respectivas carteiras correspondentes aos planos:

- PREVCOM RP (CNPB 2013.0001-38)
- Plano de Benefícios PREVCOM RG (CNPB 2013.0002-19)
- Plano de Benefícios PREVCOM RG-UNIS (CNPB 2013.0020-92)
- Plano de Benefícios PREVCOM RO – RONDÔNIA (CNPB 2018.0013-29)
- Plano de Benefícios SP PREVIDÊNCIA (CNPB 2019.0038-56)
- Plano de Benefícios PREVCOM MS (CNPB 2020.0004-74)
- Plano de Benefícios PREVCOM MULTI (CNPB 2018.0018-92)
- Plano de Benefícios PREVCOM MT (CNPB 2020.0026-47)

Carteira	Patrimônio por carteira (R\$ mil)	Participação por carteira
RP	486.183	23%
RG	805.659	37%
UNIS	846.349	39%
RO	3.221	0%
SP	963	0%
MS	260	0%
MULTI	10.900	1%
MT	313	0%
Total	2.153.846	100%

O sistema que produz as informações das lâminas de investimento provisiona IOF, ao passo que as informações aqui apresentadas não consideram essa provisão. O sistema que está em implementação na área de investimentos da PREVCOM apura o resultado das carteiras dos planos de benefícios levando em conta a rentabilidade bruta dos planos sem considerar a provisão do IOF e permitirá eliminar essa divergência em no futuro.

Abaixo, apresentamos os quadros da alocação dos recursos por segmento de aplicação, consolidada de todos os planos administrados pela Prevcom com a efetiva posição de fechamento do semestre e a liquidez de cada investimento.

Tabela 1: Posição Consolidada da Carteira PREVCOM_CONSOLIDADO em 31/12/2021. Tempo (s): 9,6449

Ativo	Saldo Bruto	Provisão de IR+IOF	Saldo Líquido	%	Liquidez
fundo de ações	170.498.638,34	0,00	170.498.638,34	7,92	
BTG Pactual Absoluto Institucional Fiq de FI de Ações	12.427.645,28	0,00	12.427.645,28	0,58	D+32
Itaú Institucional Ações Phoenix FICFI	52.227.702,62	0,00	52.227.702,62	2,42	D+23
Az Quest Small Mid Caps Institucional FIC Fia	25.853.876,53	0,00	25.853.876,53	1,20	D+29
Itaú Ações Momento 30 II FICFI	12.109.985,87	0,00	12.109.985,87	0,56	D+23
BOVV11	67.879.428,05	0,00	67.879.428,05	3,15	D+2
fundo de RF	1.479.979.798,93	0,00	1.479.979.798,93	68,71	
Western Asset RF Ativo FI	9.880.502,37	0,00	9.880.502,37	0,46	D+1
Itaú Soberano RF Simples FICFI	186.362,48	0,00	186.362,48	0,01	D+0
Itaú Institucional RF Ima-B 5 FICFI	52.620.831,61	0,00	52.620.831,61	2,44	D+1
Capitânia Top Créd Priv FICFI RF	30.045.587,34	0,00	30.045.587,34	1,39	D+1
BTG Pactual Credito Corporativo I Fiq de FI de RF Créd Priv	19.487.602,83	0,00	19.487.602,83	0,90	D+31
Bela Cintra FI RF	1.078.442.006,09	0,00	1.078.442.006,09	50,07	D+1
Capitânia Premium 45 FIC de FI RF Créd Priv LP	90.346.080,85	0,00	90.346.080,85	4,19	D+45
Itaú Institucionais Legend RF LP FI Em Cotas de Fundos de In	100.090.179,62	0,00	100.090.179,62	4,65	D+1
Itaú Institucional Global Dinâmico RF LP Fundo de Inv Em Cot	97.289.727,61	0,00	97.289.727,61	4,52	D+1
BTG Pactual Infra-B Fundo Incentivado de Investimento Em Inf	1.590.918,15	0,00	1.590.918,15	0,07	D+720
fundo IE	176.810.425,97	0,00	176.810.425,97	8,21	
Bv Allianzgi Europe Equity Growth MM IE FI	93.048.741,98	0,00	93.048.741,98	4,32	D+5
M Square Global Equity Managers FI Em Cotas de FI MM IE	83.761.683,98	0,00	83.761.683,98	3,89	D+27
multimercado estruturado	274.832.800,82	0,00	274.832.800,82	12,76	
Itaú Hedge Plus MM FICFI	158.311.354,99	0,00	158.311.354,99	7,35	D+43
Capitânia Reit Institucional FICFI MM Créd Priv	58.623.958,35	0,00	58.623.958,35	2,72	D+180
Itaú Global Dinâmico Plus MM FICFI	31.068.942,53	0,00	31.068.942,53	1,44	D+22
Itaú Macro Opportunities MM FICFI	26.828.544,94	0,00	26.828.544,94	1,25	D+22
multimercado estruturado participações	51.724.664,87	0,00	51.724.664,87	2,40	
BTG Pactual Economia Real FI Em Participações Multiestrategi _unica	41.484.324,49	0,00	41.484.324,49	1,93	D+720
BTG Pactual Investimentos de Impacto FI Em Participações - M	10.240.340,38	0,00	10.240.340,38	0,48	d+720
Total	2.153.846.328,93	0,00	2.153.846.328,93	100,00	

Abaixo, apresentamos os quadros da alocação dos recursos por segmento de aplicação, considerando a Legislação e a Política de Investimentos, com a efetiva posição de fechamento do semestre segregada por plano de benefícios:

- Plano de Benefícios PREVCOM RP

Os recursos aplicados, do Plano PREVCOM RP, permaneceram enquadrados durante todo o semestre e encontram-se enquadrados em sua totalidade, conforme quadros de alocação por segmento a seguir. O relatório completo de enquadramento encontra-se no Anexo II. No quadro resumo também pode-se observar o controle de liquidez da carteira.

Tabela 1: Posição Consolidada da Carteira PREVCOSPR em 31/12/2021. Tempo (s): 3,6884

Ativo	Saldo Bruto	Provisão de IR+IOF	Saldo Líquido	%	Liquidez
fundo de ações	37.996.548,76	0,00	37.996.548,76	7,82	
BTG Pactual Absoluto Institucional Fiq de FI de Ações	3.084.147,37	0,00	3.084.147,37	0,63	D+32
Itaú Institucional Ações Phoenix FICFI	9.497.212,46	0,00	9.497.212,46	1,95	D+23
Az Quest Small Mid Caps Institucional FIC Fia	8.196.167,39	0,00	8.196.167,39	1,69	D+29
Itaú Ações Momento 30 II FICFI	3.433.763,33	0,00	3.433.763,33	0,71	D+23
BOVV11	13.785.258,20	0,00	13.785.258,20	2,84	D+2
fundo de RF	341.978.899,23	0,00	341.978.899,23	70,34	
Western Asset RF Ativo FI	4.948.380,13	0,00	4.948.380,13	1,02	D+1
Itaú Soberano RF Simples FICFI	37.467,61	0,00	37.467,61	0,01	D+0
Itaú Institucional RF Ima-B 5 FICFI	11.757.311,60	0,00	11.757.311,60	2,42	D+1
Capitânia Top Créd Priv FICFI RF	6.347.270,35	0,00	6.347.270,35	1,31	D+1
BTG Pactual Credito Corporativo I Fiq de FI de RF Créd Priv	7.564.125,21	0,00	7.564.125,21	1,56	D+31
Bela Cintra FI RF	199.113.967,55	0,00	199.113.967,55	40,95	D+1
Capitânia Premium 45 FIC de FI RF Créd Priv LP	18.984.244,45	0,00	18.984.244,45	3,90	D+45
Itaú Institucionais Legend RF LP FI Em Cotas de Fundos de In	23.628.586,96	0,00	23.628.586,96	4,86	D+1
Itaú Institucional Global Dinâmico RF LP Fundo de Inv Em Cot	69.024.814,83	0,00	69.024.814,83	14,20	D+1
BTG Pactual Infra-B Fundo Incentivado de Investimento Em Inf	572.730,53	0,00	572.730,53	0,12	D+720
fundo IE	39.251.331,61	0,00	39.251.331,61	8,07	
Bv Allianzgi Europe Equity Growth MM IE FI	20.375.148,87	0,00	20.375.148,87	4,19	D+5
M Square Global Equity Managers FI Em Cotas de FI MM IE	18.876.182,74	0,00	18.876.182,74	3,88	D+27
multimercado estruturado	56.385.499,43	0,00	56.385.499,43	11,60	
Itaú Hedge Plus MM FICFI	34.157.865,64	0,00	34.157.865,64	7,03	D+43
Capitânia Reit Institucional FICFI MM Créd Priv	11.019.743,75	0,00	11.019.743,75	2,27	D+180
Itaú Global Dinâmico Plus MM FICFI	5.685.853,23	0,00	5.685.853,23	1,17	D+22
Itaú Macro Opportunities MM FICFI	5.522.036,81	0,00	5.522.036,81	1,14	D+22
multimercado estruturado participações	10.570.454,38	0,00	10.570.454,38	2,17	
BTG Pactual Economia Real FI Em Participações Multiestrategi _unica	8.342.497,67	0,00	8.342.497,67	1,72	D+720
BTG Pactual Investimentos de Impacto FI Em Participações - M	2.227.956,72	0,00	2.227.956,72	0,46	d+720
Total	486.182.733,41	0,00	486.182.733,41	100,00	

- Plano de Benefícios PREVCOM RG

Os recursos aplicados, do Plano PREVCOM RG, permaneceram enquadrados durante todo o semestre e encontram-se enquadrados em sua totalidade, conforme quadros de alocação por segmento de acordo com o relatório Enquadramento das Aplicações e descrito abaixo. O relatório completo encontra-se no Anexo II. No quadro resumo também pode-se observar o controle de liquidez da carteira.

Tabela 1: Posição Consolidada da Carteira PREVCOMSPRG em 31/12/2021. Tempo (s): 5,0439

Ativo	Saldo Bruto	Provisão de IR+IOF	Saldo Líquido	%	Liquidez
fundo de ações	64.287.711,95	0,00	64.287.711,95	7,98	
BTG Pactual Absoluto Institucional Fiq de FI de Ações	4.405.924,82	0,00	4.405.924,82	0,55	D+32
Itaú Institucional Ações Phoenix FICFI	19.785.859,30	0,00	19.785.859,30	2,46	D+23
Az Quest Small Mid Caps Institucional FIC Fia	9.305.781,84	0,00	9.305.781,84	1,16	D+29
Itaú Ações Momento 30 II FICFI	4.595.395,24	0,00	4.595.395,24	0,57	D+23
BOVV11	26.194.750,75	0,00	26.194.750,75	3,25	D+2
fundo de RF	547.058.574,76	0,00	547.058.574,76	67,90	
Western Asset RF Ativo FI	2.784.202,74	0,00	2.784.202,74	0,35	D+1
Itaú Soberano RF Simples FICFI	56.264,45	0,00	56.264,45	0,01	D+0
Itaú Institucional RF Ima-B 5 FICFI	19.363.373,12	0,00	19.363.373,12	2,40	D+1
Capitânia Top Créd Priv FICFI RF	11.557.815,26	0,00	11.557.815,26	1,43	D+1
BTG Pactual Credito Corporativo I Fiq de FI de RF Créd Priv	6.017.693,96	0,00	6.017.693,96	0,75	D+31
Bela Cintra FI RF	425.253.264,73	0,00	425.253.264,73	52,78	D+1
Capitânia Premium 45 FIC de FI RF Créd Priv LP	34.569.466,99	0,00	34.569.466,99	4,29	D+45
Itaú Institucionais Legend RF LP FI Em Cotas de Fundos de In	34.990.553,14	0,00	34.990.553,14	4,34	D+1
Itaú Institucional Global Dinâmico RF LP Fundo de Inv Em Cot	11.893.209,83	0,00	11.893.209,83	1,48	D+1
BTG Pactual Infra-B Fundo Incentivado de Investimento Em Inf	572.730,53	0,00	572.730,53	0,07	D+720
fundo IE	69.673.163,58	0,00	69.673.163,58	8,65	
Bv Allianzgi Europe Equity Growth MM IE FI	36.754.970,99	0,00	36.754.970,99	4,56	D+5
M Square Global Equity Managers FI Em Cotas de FI MM IE	32.918.192,59	0,00	32.918.192,59	4,09	D+27
multimercado estruturado	104.790.758,03	0,00	104.790.758,03	13,01	
Itaú Hedge Plus MM FICFI	60.187.166,94	0,00	60.187.166,94	7,47	D+43
Capitânia Reit Institucional FICFI MM Créd Priv	22.630.732,03	0,00	22.630.732,03	2,81	D+180
Itaú Global Dinâmico Plus MM FICFI	11.912.197,43	0,00	11.912.197,43	1,48	D+22
Itaú Macro Opportunities MM FICFI	10.060.661,63	0,00	10.060.661,63	1,25	D+22
multimercado estruturado participações	19.848.405,50	0,00	19.848.405,50	2,46	
BTG Pactual Economia Real FI Em Participações Multiestrategi _unica	15.967.316,49	0,00	15.967.316,49	1,98	D+720
BTG Pactual Investimentos de Impacto FI Em Participações - M	3.881.089,00	0,00	3.881.089,00	0,48	d+720
Total	805.658.613,81	0,00	805.658.613,81	100,00	

- Plano de Benefícios PREVCOM RG UNIS

Os recursos aplicados, do Plano PREVCOM RG UNIS, permaneceram enquadrados durante todo o semestre e encontram-se enquadrados em sua totalidade, conforme quadros de alocação por segmento a seguir. O relatório completo encontra-se no Anexo II. No quadro resumo também pode-se observar o controle de liquidez da carteira.

Tabela 1: Posição Consolidada da Carteira PREVCOSPUNIS em 31/12/2021. Tempo (s): 35,7365

Ativo	Saldo Bruto	Provisão de IR+IOF	Saldo Líquido	%	Liquidez
fundo de ações	66.575.313,35	0,00	66.575.313,35	7,87	
BTG Pactual Absoluto Institucional Fiq de FI de Ações	4.773.085,22	0,00	4.773.085,22	0,56	D+32
Itaú Institucional Ações Phoenix FICFI	22.497.337,60	0,00	22.497.337,60	2,66	D+23
Az Quest Small Mid Caps Institucional FIC Fia	7.641.789,92	0,00	7.641.789,92	0,90	D+29
Itaú Ações Momento 30 II FICFI	3.763.681,51	0,00	3.763.681,51	0,44	D+23
BOVV11	27.899.419,10	0,00	27.899.419,10	3,30	D+2
fundo de RF	579.606.003,09	0,00	579.606.003,09	68,48	
Western Asset RF Ativo FI	1.808.992,25	0,00	1.808.992,25	0,21	D+1
Itaú Soberano RF Simples FICFI	57.179,88	0,00	57.179,88	0,01	D+0
Itaú Institucional RF Ima-B 5 FICFI	20.747.490,64	0,00	20.747.490,64	2,45	D+1
Capitânia Top Créd Priv FICFI RF	12.140.501,73	0,00	12.140.501,73	1,43	D+1
BTG Pactual Crédito Corporativo I Fiq de FI de RF Créd Priv	5.348.534,60	0,00	5.348.534,60	0,63	D+31
Bela Cintra FI RF	452.766.819,40	0,00	452.766.819,40	53,50	D+1
Capitânia Premium 45 FIC de FI RF Créd Priv LP	36.312.447,72	0,00	36.312.447,72	4,29	D+45
Itaú Institucionais Legend RF LP FI Em Cotas de Fundos de In	35.462.005,61	0,00	35.462.005,61	4,19	D+1
Itaú Institucional Global Dinâmico RF LP Fundo de Inv Em Cot	14.516.574,16	0,00	14.516.574,16	1,72	D+1
BTG Pactual Infra-B Fundo Incentivado de Investimento Em Inf	445.457,08	0,00	445.457,08	0,05	D+720
fundo IE	66.963.853,58	0,00	66.963.853,58	7,91	
Bv Allianzgi Europe Equity Growth MM IE FI	35.445.858,06	0,00	35.445.858,06	4,19	D+5
M Square Global Equity Managers FI Em Cotas de FI MM IE	31.517.995,53	0,00	31.517.995,53	3,72	D+27
multimercado estruturado	112.112.113,37	0,00	112.112.113,37	13,25	
Itaú Hedge Plus MM FICFI	63.041.911,16	0,00	63.041.911,16	7,45	D+43
Capitânia Reit Institucional FICFI MM Créd Priv	24.719.332,98	0,00	24.719.332,98	2,92	D+180
Itaú Global Dinâmico Plus MM FICFI	13.284.141,43	0,00	13.284.141,43	1,57	D+22
Itaú Macro Opportunities MM FICFI	11.066.727,79	0,00	11.066.727,79	1,31	D+22
multimercado estruturado participações	21.091.510,05	0,00	21.091.510,05	2,49	
BTG Pactual Economia Real FI Em Participações Multiestrategi _unica	17.017.561,30	0,00	17.017.561,30	2,01	D+720
BTG Pactual Investimentos de Impacto FI Em Participações - M	4.073.948,75	0,00	4.073.948,75	0,48	d+720
Total	846.348.793,44	0,00	846.348.793,44	100,00	

- Plano de Benefícios PREVCOM RO

Verificou-se que dos recursos aplicados, do Plano PREVCOM RO, permaneceram enquadrados durante todo o semestre e encontram-se enquadrados em sua totalidade. Os demais dados referentes ao enquadramento encontram-se no relatório de enquadramento, no Anexo II. No quadro resumo também pode-se observar o controle de liquidez da carteira.

Tabela 1: Posição Consolidada da Carteira PREVCOMSPRO em 31/12/2021. Tempo (s): 4,3865

Ativo	Saldo Bruto	Provisão de IR+IOF	Saldo Líquido	%	Liquidez
fundo de ações	382.216,37	0,00	382.216,37	11,87	
BTG Pactual Absoluto Institucional Fiq de FI de Ações	46.262,21	0,00	46.262,21	1,44	D+32
Itaú Institucional Ações Phoenix FICFI	79.143,44	0,00	79.143,44	2,46	D+23
Az Quest Small Mid Caps Institucional FIC Fia	209.980,04	0,00	209.980,04	6,52	D+29
Itaú Ações Momento 30 II FICFI	46.830,68	0,00	46.830,68	1,45	D+23
fundo de RF	2.312.620,20	0,00	2.312.620,20	71,81	
Itaú Soberano RF Simples FICFI	9.152,69	0,00	9.152,69	0,28	D+0
Itaú Institucional RF Ima-B 5 FICFI	90.364,66	0,00	90.364,66	2,81	D+1
BTG Pactual Crédito Corporativo I Fiq de FI de RF Créd Priv	189.848,78	0,00	189.848,78	5,89	D+31
Bela Cintra FI RF	283.442,23	0,00	283.442,23	8,80	D+1
Capitânia Premium 45 FIC de FI RF Créd Priv LP	80.654,76	0,00	80.654,76	2,50	D+45
Itaú Institucionais Legend RF LP FI Em Cotas de Fundos de In	1.285.867,62	0,00	1.285.867,62	39,93	D+1
Itaú Institucional Global Dinâmico RF LP Fundo de Inv Em Cot	373.289,46	0,00	373.289,46	11,59	D+1
fundo IE	225.798,08	0,00	225.798,08	7,01	
Bv Allianzgi Europe Equity Growth MM IE FI	112.387,46	0,00	112.387,46	3,49	D+5
M Square Global Equity Managers FI Em Cotas de FI MM IE	113.410,63	0,00	113.410,63	3,52	D+27
multimercado estruturado	263.851,23	0,00	263.851,23	8,19	
Itaú Hedge Plus MM FICFI	150.891,30	0,00	150.891,30	4,69	D+43
Capitânia Reit Institucional FICFI MM Créd Priv	51.194,86	0,00	51.194,86	1,59	D+180
Itaú Global Dinâmico Plus MM FICFI	31.911,94	0,00	31.911,94	0,99	D+22
Itaú Macro Opportunities MM FICFI	29.853,12	0,00	29.853,12	0,93	D+22
multimercado estruturado participações	36.154,98	0,00	36.154,98	1,12	
BTG Pactual Economia Real FI Em Participações Multiestrategi _unica	24.890,60	0,00	24.890,60	0,77	D+720
BTG Pactual Investimentos de Impacto FI Em Participações - M	11.264,38	0,00	11.264,38	0,35	d+720
Total	3.220.640,85	0,00	3.220.640,85	100,00	

- Plano de Benefícios PREVCOM MULTI

Verificou-se que dos recursos aplicados, do Plano PREVCOM MULTI, permaneceram enquadrados durante todo o semestre e encontram-se enquadrados em sua totalidade, conforme quadros de alocação por segmento a seguir. O relatório completo de enquadramento encontra-se no Anexo II.

Tabela 1: Posição Consolidada da Carteira PREVCOMSPMULT em 31/12/2021. Tempo (s): 50,6966

Ativo	Saldo Bruto	Provisão de IR+IOF	Saldo Líquido	%	Liquidez
fundo de ações	1.103.375,68	0,00	1.103.375,68	10,12	
BTG Pactual Absoluto Institucional Fiq de FI de Ações	91.790,10	0,00	91.790,10	0,84	D+32
Itaú Institucional Ações Phoenix FICFI	295.662,08	0,00	295.662,08	2,71	D+23
Az Quest Small Mid Caps Institucional FIC Fia	464.669,72	0,00	464.669,72	4,26	D+29
Itaú Ações Momento 30 II FICFI	251.253,78	0,00	251.253,78	2,31	D+23
fundo de RF	7.641.671,98	0,00	7.641.671,98	70,11	
Western Asset RF Ativo FI	332.469,20	0,00	332.469,20	3,05	D+1
Itaú Soberano RF Simples FICFI	9.167,41	0,00	9.167,41	0,08	D+0
Itaú Institucional RF Ima-B 5 FICFI	641.486,25	0,00	641.486,25	5,89	D+1
BTG Pactual Credito Corporativo I Fiq de FI de RF Créd Priv	329.288,14	0,00	329.288,14	3,02	D+31
Bela Cintra FI RF	1.024.512,16	0,00	1.024.512,16	9,40	D+1
Capitânia Premium 45 FIC de FI RF Créd Priv LP	398.036,47	0,00	398.036,47	3,65	D+45
Itaú Institucionais Legend RF LP FI Em Cotas de Fundos de In	4.253.569,05	0,00	4.253.569,05	39,02	D+1
Itaú Institucional Global Dinâmico RF LP Fundo de Inv Em Cot	653.143,31	0,00	653.143,31	5,99	D+1
fundo IE	696.279,12	0,00	696.279,12	6,39	
Bv Allianzgi Europe Equity Growth MM IE FI	360.376,61	0,00	360.376,61	3,31	D+5
M Square Global Equity Managers FI Em Cotas de FI MM IE	335.902,50	0,00	335.902,50	3,08	D+27
multimercado estruturado	1.280.578,77	0,00	1.280.578,77	11,75	
Itaú Hedge Plus MM FICFI	773.519,95	0,00	773.519,95	7,10	D+43
Capitânia Reit Institucional FICFI MM Créd Priv	202.954,73	0,00	202.954,73	1,86	D+180
Itaú Global Dinâmico Plus MM FICFI	154.838,50	0,00	154.838,50	1,42	D+22
Itaú Macro Opportunities MM FICFI	149.265,59	0,00	149.265,59	1,37	D+22
multimercado estruturado participações	178.139,96	0,00	178.139,96	1,63	
BTG Pactual Economia Real FI Em Participações Multiestrategi _unica	132.058,43	0,00	132.058,43	1,21	D+720
BTG Pactual Investimentos de Impacto FI Em Participações - M	46.081,53	0,00	46.081,53	0,42	d+720
Total	10.900.045,51	0,00	10.900.045,51	100,00	

- Plano de Benefícios PREVCOM MS

Verificou-se que dos recursos aplicados, do Plano PREVCOM MS, permaneceram, com exceção marginal abaixo explicada, enquadrados durante todo o semestre e encontram-se enquadrados em sua totalidade, conforme quadros de alocação por segmento a seguir. O relatório completo de enquadramento encontra-se no Anexo II.

Tabela 1: Posição Consolidada da Carteira PREVCOMMS em 31/12/2021. Tempo (s): 2,5028

Ativo	Saldo Bruto	Provisão de IR+IOF	Saldo Líquido	%	Liquidez
fundo de ações	25.822,74	0,00	25.822,74	9,92	
BTG Pactual Absoluto Institucional Fiq de FI de Ações	5.140,25	0,00	5.140,25	1,97	D+32
Itaú Institucional Ações Phoenix FICFI	13.391,34	0,00	13.391,34	5,14	D+23
Az Quest Small Mid Caps Institucional FIC Fia	4.449,89	0,00	4.449,89	1,71	D+29
Itaú Ações Momento 30 II FICFI	2.841,27	0,00	2.841,27	1,09	D+23
fundo de RF	234.481,38	0,00	234.481,38	90,08	
Itaú Soberano RF Simples FICFI	6.184,02	0,00	6.184,02	2,38	D+0
Itaú Institucional RF Ima-B 5 FICFI	3.319,07	0,00	3.319,07	1,28	D+1
BTG Pactual Credito Corporativo I Fiq de FI de RF Créd Priv	9.841,59	0,00	9.841,59	3,78	D+31
Capitânia Premium 45 FIC de FI RF Créd Priv LP	1.230,46	0,00	1.230,46	0,47	D+45
Itaú Institucionais Legend RF LP FI Em Cotas de Fundos de In	67.429,51	0,00	67.429,51	25,90	D+1
Itaú Institucional Global Dinâmico RF LP Fundo de Inv Em Cot	146.476,73	0,00	146.476,73	56,27	D+1
Total	260.304,12	0,00	260.304,12	100,00	

Os desenquadramentos que observamos no 1º semestre ocorreram até novembro/21, fechamos o ano com o plano reenquadrado.

- Plano de Benefícios PREVCOM SP

Verificou-se que dos recursos aplicados, do Plano PREVCOM SP, permaneceram enquadrados durante todo o semestre em sua totalidade, conforme quadros de alocação por segmento a seguir. O relatório completo de enquadramento encontra-se no Anexo II.

Tabela 1: Posição Consolidada da Carteira PREVCOMSPPREV em 31/12/2021. Tempo (s): 4,0492

Ativo	Saldo Bruto	Provisão de IR+IOF	Saldo Líquido	%	Liquidez
fundo de ações	79.505,67	0,00	79.505,67	8,26	
BTG Pactual Absoluto Institucional Fiq de FI de Ações	8.811,85	0,00	8.811,85	0,92	D+32
Itaú Institucional Ações Phoenix FICFI	29.966,43	0,00	29.966,43	3,11	D+23
Az Quest Small Mid Caps Institucional FIC Fia	24.507,33	0,00	24.507,33	2,55	D+29
Itaú Ações Momento 30 II FICFI	16.220,07	0,00	16.220,07	1,68	D+23
fundo de RF	883.115,97	0,00	883.115,97	91,74	
Western Asset RF Ativo FI	6.458,04	0,00	6.458,04	0,67	D+1
Itaú Soberano RF Simples FICFI	4.672,55	0,00	4.672,55	0,49	D+0
Itaú Institucional RF Ima-B 5 FICFI	11.314,65	0,00	11.314,65	1,18	D+1
BTG Pactual Credito Corporativo I Fiq de FI de RF Créd Priv	12.228,30	0,00	12.228,30	1,27	D+31
Itaú Institucionais Legend RF LP FI Em Cotas de Fundos de In	292.041,28	0,00	292.041,28	30,34	D+1
Itaú Institucional Global Dinâmico RF LP Fundo de Inv Em Cot	556.401,15	0,00	556.401,15	57,80	D+1
Total	962.621,65	0,00	962.621,65	100,00	

- Plano de Benefícios PREVCOM MT

Verificou-se que dos recursos aplicados, do Plano PREVCOM MT, encontram-se enquadrados em sua totalidade, conforme quadros de alocação por segmento a seguir. O relatório completo de enquadramento encontra-se no Anexo II.

Tabela 1: Posição Consolidada da Carteira PREVCOMSPMT em 31/12/2021. Tempo (s): 9,3510

Ativo	Saldo Bruto	Provisão de IR+IOF	Saldo Líquido	%	Liquidez
fundo de ações	48.143,81	0,00	48.143,81	15,40	
BTG Pactual Absoluto Institucional Fiq de FI de Ações	12.483,45	0,00	12.483,45	3,99	D+32
Itaú Institucional Ações Phoenix FICFI	29.129,96	0,00	29.129,96	9,32	D+23
Az Quest Small Mid Caps Institucional FIC Fia	6.530,40	0,00	6.530,40	2,09	D+29
fundo de RF	264.432,31	0,00	264.432,31	84,60	
Itaú Soberano RF Simples FICFI	6.273,87	0,00	6.273,87	2,01	D+0
Itaú Institucional RF Ima-B 5 FICFI	6.171,63	0,00	6.171,63	1,97	D+1
BTG Pactual Crédito Corporativo I Fiq de FI de RF Créd Priv	16.042,24	0,00	16.042,24	5,13	D+31
Itaú Institucionais Legend RF LP FI Em Cotas de Fundos de In	110.126,45	0,00	110.126,45	35,23	D+1
Itaú Institucional Global Dinâmico RF LP Fundo de Inv Em Cot	125.818,13	0,00	125.818,13	40,25	D+1
Total	312.576,13	0,00	312.576,13	100,00	

2.3. Rentabilidade

Em conformidade com as Políticas de Investimentos dos Planos, a Fundação manteve a alocação de seus investimentos objetivando retorno global de longo prazo equivalente ao IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) acrescido de 4,00% (quatro por cento ao ano).

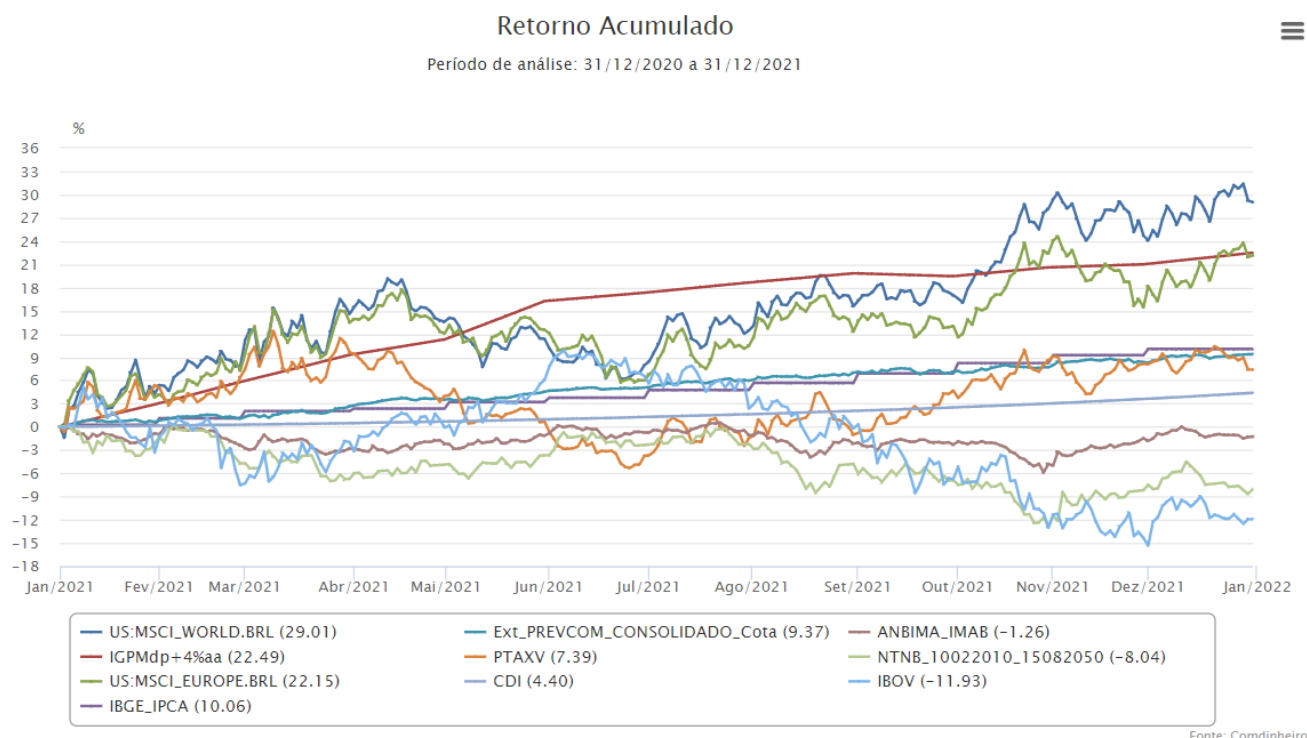
Conforme tabela enviada pela diretoria de Investimentos para o fechamento deste RCI, a rentabilidade acumulada no ano 2021 foi de 9,37%, sendo inferior à rentabilidade alvo para o ano de 14,45%. Conforme podemos visualizar no quadro abaixo.

Tabela 4: Retornos Nominais da Carteira x Benchmark em %. Período da Análise: 31/12/2020 a 31/12/2021.

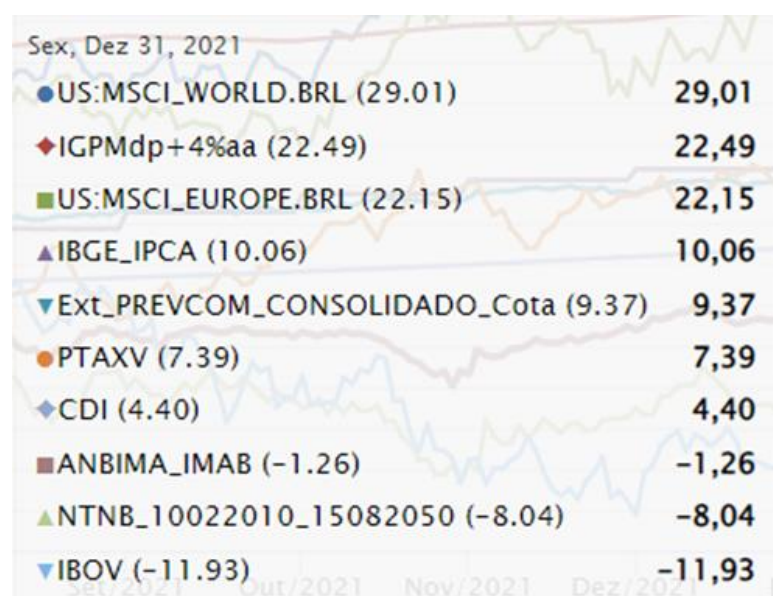
Ativo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano
Carteira	0,64	0,42	1,57	0,85	0,97	0,52	0,88	0,95	0,09	0,54	0,62	0,95	9,37
ALVO_PREVCOM	0,56	1,14	1,29	0,62	1,16	0,86	1,31	1,22	1,49	1,57	1,26	1,09	14,45
Excesso ALVO_PREVCOM	0,08	-0,73	0,27	0,23	-0,19	-0,34	-0,43	-0,26	-1,40	-1,02	-0,65	-0,15	-5,07
IBGE_IPCA	0,25	0,86	0,93	0,31	0,83	0,53	0,96	0,87	1,16	1,25	0,95	0,73	10,06
Excesso IBGE_IPCA	0,39	-0,44	0,64	0,54	0,14	-0,01	-0,08	0,08	-1,07	-0,71	-0,33	0,22	-0,69
ANBIMA_IMAB	-0,85	-1,52	-0,46	0,65	1,06	0,42	-0,37	-1,09	-0,13	-2,54	3,47	0,22	-1,26
2021 Excesso ANBIMA_IMAB	1,49	1,93	2,03	0,20	-0,08	0,10	1,25	2,04	0,22	3,09	-2,85	0,72	10,64
CDI	0,15	0,13	0,20	0,21	0,27	0,31	0,36	0,43	0,44	0,49	0,59	0,77	4,42
%CDI	428,29	310,14	778,90	408,12	360,22	169,85	247,67	222,85	20,67	111,76	105,01	122,88	211,84
IBOV	-3,32	-4,37	6,00	1,94	6,16	0,46	-3,94	-2,48	-6,57	-6,74	-1,53	2,85	-11,93
US:MSCI_WORLD.BRL	4,26	3,47	6,22	-0,87	-1,95	-3,06	4,15	2,78	1,22	9,54	-2,70	3,46	29,01
US:MSCI_EUROPE.BRL	3,80	3,31	5,83	-1,26	0,43	-5,82	4,20	1,69	0,63	8,29	-5,67	5,81	22,15
PTAXV	5,37	0,99	3,02	-5,16	-3,17	-4,40	2,39	0,42	5,76	3,74	-0,41	-0,70	7,39

A Inflação no período foi de 10,06%, encerrando o ano bem acima das expectativas do mercado. Embora o ano de 2021 tenha sido marcado por tantas incertezas, em termos consolidados a carteira da Prevcom obteve a o retorno positivo em todos os meses representando no acumulado do ano 211,84% do CDI, o qual por sua vez rendeu 4,42% no mesmo período. No ano, a bolsa local caiu -11,93%, o real se desvalorizou ante ao dólar 7,39% e as bolsas no exterior renderam 29,01% (World) e 22,15% (Europe). Mesmo buscando manter a diversificação prevista nas políticas aprovadas para o ano de 2021, considerando a forte tração da inflação e a queda substancial da Bolsa local, as Carteiras consolidadas obtiveram retorno de 9,37% ao ano ou seja - 0,69% da inflação no período.

Abaixo segue um gráfico ilustrativo do desempenho da Carteira no ano em comparação a índices de referência Nacionais e Internacionais.



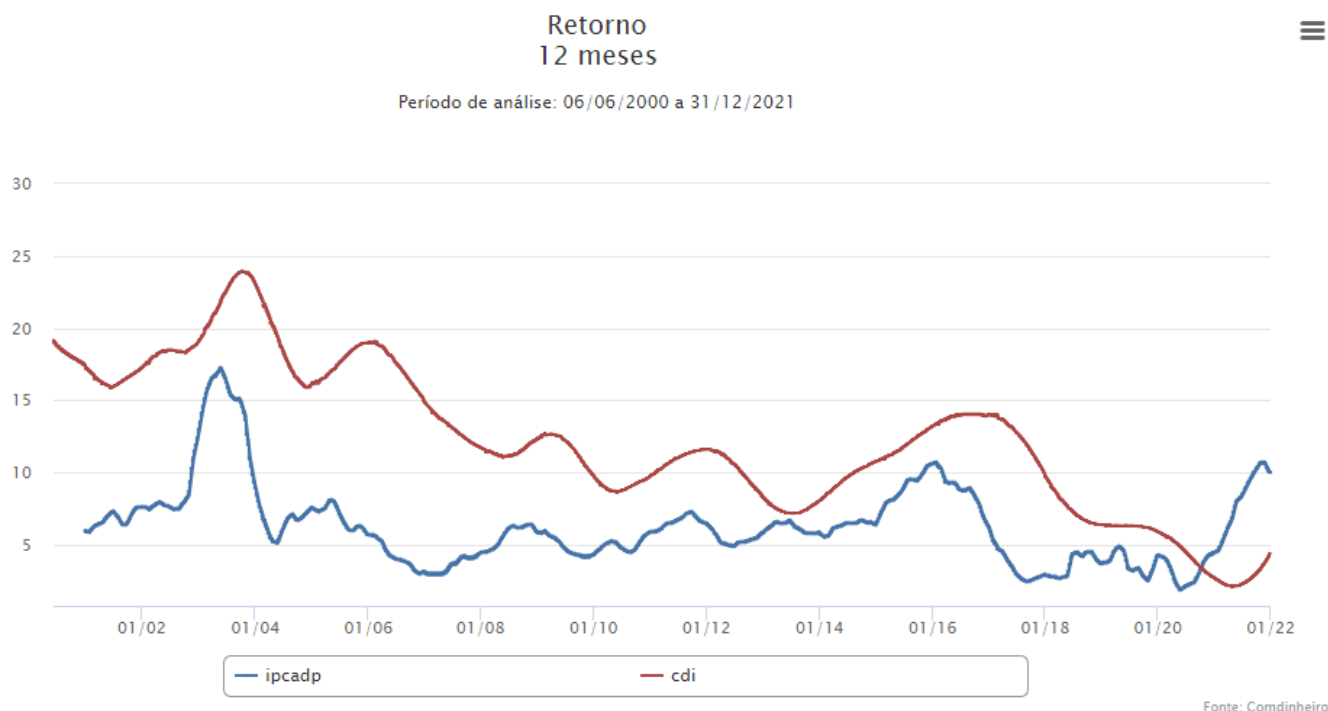
Onde verificamos os seguintes retornos acumulados por índice:



O gráfico claramente demonstra que, à exceção de renda variável no exterior, nenhuma classe de ativos isoladamente poderia atingir o alvo, tendo em vista o patamar que a inflação atingiu no ano de 2021 corroborando a estratégia de diversificação, mesmo tendo em vista a performance da Carteira Consolidada, que claramente foi prejudicada não somente pela abertura das taxas de juros no ano como pelo desempenho negativo da bolsa a partir de setembro, justamente após o

ajuste da posição nos pontos. Se tivéssemos apenas títulos públicos marcados a mercado (NTN-B 2050) nosso retorno seria negativo de -8,04% no ano.

No Gráfico abaixo, observamos que, historicamente, a Renda fixa, representada pelo CDI sempre rendeu juros reais (acima da inflação), entretanto, desde 2020 esta situação se inverteu trazendo vários desafios para os investidores.



Este desafio trouxe impactos reais para a carteira principalmente em 2021 quando esta inflexão dos retornos acabou tendo uma maior amplitude. Com isso podemos considerar que mesmo com a tração da inflação e a diversificação que temos nas políticas que explora a grande maioria das classes de fundos e ativos, a carteira global é defensiva, em consonância as políticas de investimentos, e mantendo cerca de 68,71% dos ativos em renda fixa, protegendo o capital da alta volatilidade e incertezas do ambiente macro e microeconômico.

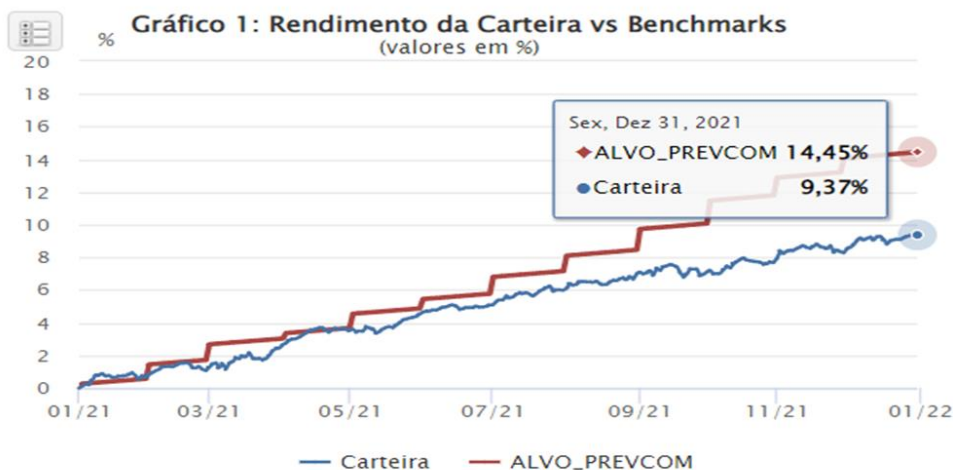
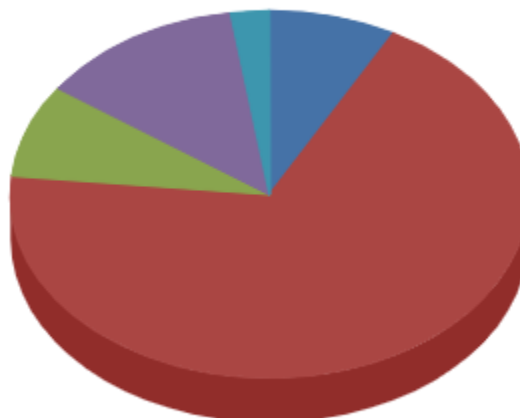




Gráfico 2: Diversificação da Carteira



- (7,92%) fundo de ações
- (68,71%) fundo de RF
- (8,21%) fundo IE
- (12,76%) multimercado estruturado
- (2,40%) multimercado estruturado participações



Segmento de Renda Fixa

A Fundação deu continuidade ao processo de diversificação mantendo alocações nos seguintes fundos do segmento de Renda Fixa:

Ativo	Valor (R\$)	%	Mês	3m	6m	12m	24m	Ano
fundo de RF	1.479.979.798,93	68,71	1	3,5	6,88	12,58	-	12,65
Western Asset RF Ativo FI	9.880.502,37	0,46	0,83	1,67	2,46	2,49	7,51	2,52
Itaú Soberano RF Simples FICFI	186.362,48	0,01	0,76	1,84	3,12	4,33	6,9	4,34
Itaú Institucional RF Ima-B 5 FICFI	52.620.831,61	2,44	0,77	1,83	3,17	4,3	12,57	4,35
Capitânia Top Créd Priv FICFI RF	30.045.587,34	1,39	1	2,04	3,71	7,3	8,19	7,27
BTG Pactual Credito Corporativo I Fiq de FI de RF Créd Priv	19.487.602,83	0,9	0,74	2,24	4,51	8,17	7,53	8,16
Bela Cintra FI RF	1.078.442.006,09	50,07	1,16	4,04	7,78	14,81	26,88	14,89
Capitânia Premium 45 FIC de FI RF Créd Priv LP	90.346.080,85	4,19	0,93	2,14	4,12	8,21	11,29	8,2
Itaú Institucionais Legend RF LP FI Em Cotas de Fundos de In	100.090.179,62	4,65	-0,01	1,87	5,46	6,75	13,94	6,77
Itaú Institucional Global Dinâmico RF LP Fundo de Inv Em Cot	97.289.727,61	4,52	0,46	2,21	4,85	5,98	10,36	6
BTG Pactual Infra-B Fundo Incentivado de Investimento Em Inf	1.590.918,15	0,07	1,22	4,42	8,83	16,46	-	16,55

Com a queda do CDI e o aumento da inflação, a queda dos rendimentos reais do segmento de renda fixa é de certo modo esperado, principalmente no fundo Itaú Institucional RF Ima-B 5 FICFI cujos retornos estão diretamente atrelados ao IMAB 5, índice das NTN-Bs marcadas na curva de até 5 anos.

O Fundo Bela Cintra, por deter títulos marcados na curva (estoque) obteve um dos melhores retornos seguidos dos fundos Capitânia Premium e Capitânia TOP.

Segmento de Multimercado

Ainda em continuidade ao processo de diversificação, a Fundação alocou recursos nos seguintes fundos do segmento Multimercado:

Ativo	Valor (R\$)	%	Mês	3m	6m	12m	24m	Ano
multimercado estruturado	274.832.800,82	12,76	0,02	0,41	1,7	2,64	-	2,86
Itaú Hedge Plus MM FICFI	158.311.354,99	7,35	-1,18	0,02	2,5	3,74	22,24	3,82
Capitânia Reit Institucional FICFI MM Créd Priv	58.623.958,35	2,72	3,21	0,3	-0,11	0,03	-6,04	0,5
Itaú Global Dinâmico Plus MM FICFI	31.068.942,53	1,44	0,23	1,38	2,13	3,86	6,9	3,96
Itaú Macro Opportunities MM FICFI	26.828.544,94	1,25	-0,08	1,84	0,46	0,49	-	1,02
multimercado estruturado participações	51.724.664,87	2,4	-0,4	-1,07	-	-	-	-
BTG Pactual Economia Real FI Em Participações Multiestrategi _unica	41.484.324,49	1,93	-0,36	-0,94	-5,18	13,62	-	13,62
BTG Pactual Investimentos de Impacto FI Em Participações - M	10.240.340,38	0,48	-0,58	-1,59	-	-	-	-

O cenário macroeconômico tem sido tão desafiador que nem mesmo gestores renomados de fundos multimercados estruturados, como o Hedge Plus, conseguiram obter rentabilidade muito acima do CDI (4,42% no ano).

Por outro lado, a carteira de FIPs performou muito mais rápido que o esperado proporcionando um retorno exuberante muito próximo ao alvo da Prevcom. (14,45%)

O Fundo BTG Pactual Economia Real FI Em Participações Multiestratégia, o primeiro fundo de participações que a Prevcom investiu, já obteve retorno do seu capital investido, onde quase não percebemos o efeito da “curva j” entregando retorno acumulado de 19,83% no primeiro semestre continuou investindo o capital nas empresas previstas e rendeu acumulado no ano 13,62%.

No segundo semestre a Prevcom em consonância com o manual de investimentos e o processo de due diligence aprovou também investimento no Fundo de Participações de Impacto que visa investir em empresas que apresentam critérios ESG. É esperado que este fundo não apresente retornos positivos nos primeiros meses tendo em vista a característica do produto, que é de adquirir as empresas e logo após vende-las ou abrir o capital com ganho.

Segmento de Renda Variável

Ainda em continuidade ao processo de diversificação, a Fundação alocou recursos nos seguintes fundos do segmento de Renda Variável (doméstica e ações no exterior).

Renda variável doméstica: Os fundos que se destacaram pela alta performance no primeiro semestre, no ano acabaram acumulando perdas, devido a inversão do cenário que ficou contaminado pelo pessimismo da persistência da pandemia tendo em vista as novas variantes do Corona Virus mesmo com a vacinação bem como com as questões relativas as políticas fiscais e monetária tendo em vista o avanço da inflação. Índice Bovespa aqui representado na nossa carteira pelo código do ETF BOVV11 mostra que algumas carteiras estavam mais defensivas e que o stock picking de alguns gestores foi prejudicado pelos investimentos em alguns setores específicos da economia como varejo, cosméticos, entre outros.

Ativo	Valor (R\$)	%	Mês	3m	6m	12m	24m	Ano
fundo de ações	170.498.638,34	7,92	1,32	-11,78	-21,27	-15,38	-21,69	-15,52
BTG Pactual Absoluto Institucional Fiq de FI de Ações	12.427.645,28	0,58	-0,69	-21,08	-33,87	-31,31	-28,12	-31,79
Itaú Institucional Ações Phoenix FICFI	52.227.702,62	2,42	0,39	-15,33	-23,92	-16,97	-36,11	-17,09
Az Quest Small Mid Caps Institucional FIC Fia	25.853.876,53	1,2	2,22	-9,62	-19,78	-10,26	-15,45	-9,74
Itaú Ações Momento 30 II FICFI	12.109.985,87	0,56	-1,6	-18,04	-26,25	-23,88	-22,55	-24,7
BOVV11	67.879.428,05	3,15	2,59	-7,03	-16,6	-11,66	-11,63	-11,89

Renda variável no exterior: Esta classe de ativos tem sido um bom hedge quando, no mercado local, há turbulências econômicas. A renda variável do exterior ofereceu um dos melhores retornos da carteira no primeiro semestre (ano) com um retorno médio acima da inflação de 7,79% no período.

E encerrou o ano com um retorno de 26,07% no período bem acima do Alvo. (14,45%) tendo sido um o grande destaque positivo para a carteira.

Ativo	Valor (R\$)	%	Mês	3m	6m	12m	24m	Ano
fundo IE	176.810.425,97	8,21	2,04	9,84	16,12	25,29	94,16	26,07
Bv Allianzgi Europe Equity Growth MM IE FI	93.048.741,98	4,32	3,01	12,19	18,34	28,96	101,65	29,38
M Square Global Equity Managers FI Em Cotas de FI MM IE	83.761.683,98	3,89	0,98	7,23	13,65	21,21	85,84	22,4

2.1. Custos com Gestão de Recursos

Em 14/03/2019, a Fundação assinou contrato de prestação de serviços qualificados para fundos de investimento com a INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES LTDA, para serviços de custódia de valores mobiliários, bem como serviço de administração, custódia controladoria e escrituração das cotas do fundo exclusivo Bela Cintra.

Descrição do Lançamento	BELA CINTRA FI RENDA FIXA	FUNDACAO PREV COMP ESTADO SP - MULTI	FUNDACAO PREV COMP ESTADO SP - RG	FUNDACAO PREV COMP ESTADO SP - RO	FUNDACAO PREV COMP ESTADO SP - RP	FUNDACAO PREV COMP ESTADO SP - UNIS	FUNDACAO DE PREV COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SAO PAULO	FUNDACAO PREV COMP ESTADO SP - MS	Total Geral
Auditoria	R\$ 6.440,00								R\$ 6.440,00
Correspondência	R\$ 2,17								R\$ 2,17
Pagamento de CBLC		R\$ -	R\$ 847,56	R\$ -	R\$ 604,87	R\$ 878,12			R\$ 2.330,55
Taxa ANBID	R\$ 3.270,00								R\$ 3.270,00
Taxa CETIP	R\$ 75.876,98	R\$ 46,64	R\$ 4.638,69	R\$ 11,29	R\$ 14.731,34	R\$ 4.777,43	R\$ 0,83	R\$ 0,09	R\$ 100.083,29
Taxa CVM	R\$ 30.073,88								R\$ 30.073,88
Taxa de Administração	R\$ 498.434,40								R\$ 498.434,40
Taxa de Custódia	R\$ 71.245,29	R\$ 24.356,10	R\$ 137.731,68	R\$ 24.356,10	R\$ 75.726,16	R\$ 145.460,14	R\$ 24.356,10	R\$ 24.356,10	R\$ 527.587,67
Taxa SELIC	R\$ 15.889,04								R\$ 15.889,04
Total Geral	R\$ 701.231,76	R\$ 24.402,74	R\$ 143.217,93	R\$ 24.367,39	R\$ 91.062,37	R\$ 151.115,69	R\$ 24.356,93	R\$ 24.356,19	R\$ 1.184.111,00

Serviços de Custódia:

Os serviços de custódia têm seus custos calculados à taxa de 0,015% ao ano sobre o patrimônio líquido dos fundos, considerando um custo mínimo mensal de R\$ 4.111,22 por plano, a ser debitado do plano. Levando em conta já o reajuste da tabela do Banco (2021).

Serviços de Controladoria:

Os serviços de controladoria e escrituração terão seus custos calculados a taxa de 0,015% ao ano sobre o patrimônio líquido apenas do fundo Bela Cintra a ser debitado da taxa de administração do fundo. Durante todo o ano buscamos negociar um desconto neste contrato, estamos aguardando a resposta da contraparte. Em caso de negativa, uma nova concorrência estará prevista.

Despesas de Liquidação:

As contas de custódia nos diversos sistemas de liquidação, tais como CETIP, SELIC e CBLC, terão seus custos repassados as carteiras e são consistentemente reembolsados pelo PGA de cada plano, respectivamente.

Estrutura de Investimentos em 31/12/2021

As arrecadações mensais são aplicadas mensalmente nas respectivas carteiras dos planos de benefícios. As posições dos ativos no final do 2º Semestre, obtidas dos relatórios de posição diária, são apresentadas abaixo:

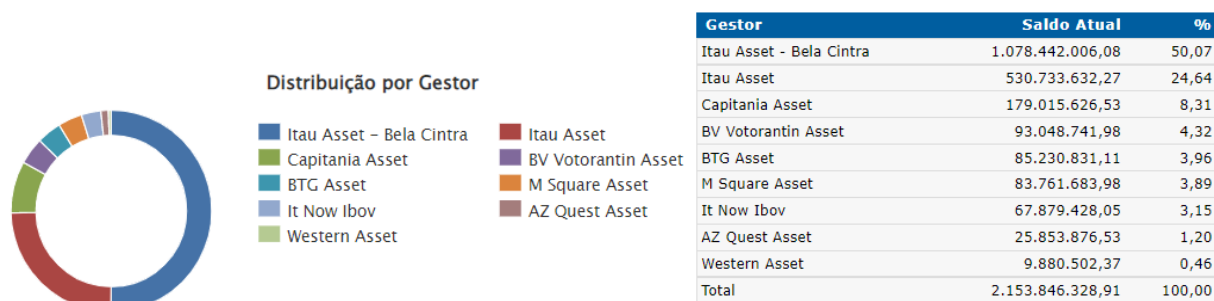
Fundo	RP	RG	UNIS	RO	SP	MS	MULT	MT	Total Geral
M SQR GL EQT MAN FIM	18.876.183,00	32.918.193,00	31.517.996,00	113.411,00			335.903,00		83.761.684,00
VOT ALLIANZ EUR EQ G	20.375.149,00	36.754.971,00	35.445.858,00	112.387,00			360.377,00		93.048.742,00
BELA CINTRA FI RF	199.113.968,00	425.253.265,00	452.766.819,00	283.442,00			1.024.512,00		1.078.442.006,00
CAPITANIA PREMIUM	18.984.244,00	34.569.467,00	36.312.448,00	80.655,00		1.230,00	398.036,00		90.346.081,00
CAPITANIA TOP CP FIC	6.347.270,00	11.557.815,00	12.140.502,00						30.045.587,00
II GLOBAL DINAMIC FI	69.024.815,00	11.893.210,00	14.516.574,00	373.289,00	556.401,00	146.477,00	653.143,00	125.818,00	97.289.728,00
INFRAB FUNDOIII RF	572.731,00	572.731,00	445.457,00						1.590.918,00
INST IMAB5 FICFI	11.757.312,00	19.363.373,00	20.747.491,00	90.365,00	11.315,00	3.319,00	641.486,00	6.172,00	52.620.832,00
ITAU LEGEND FICFI	23.628.587,00	34.990.553,00	35.462.006,00	1.285.868,00	292.041,00	67.430,00	4.253.569,00	110.126,00	100.090.180,00
WA RF ATIVO FI	4.948.380,00	2.784.203,00	1.808.992,00		6.458,00		332.469,00		9.880.502,00
CORP I FIQ FI RF CP	7.564.125,00	6.017.694,00	5.348.535,00	189.849,00	12.228,00	9.842,00	329.288,00	16.042,00	19.487.603,00
IT SOBERANO RFS FICF	37.468,00	56.264,00	57.180,00	9.153,00	4.673,00	6.184,00	9.167,00	6.274,00	186.362,00
AZ QUEST SMALL M FIA	8.196.167,00	9.305.782,00	7.641.790,00	209.980,00	24.507,00	4.450,00	464.670,00	6.530,00	25.853.877,00
IT NOW IBOV CI	13.785.258,00	26.194.751,00	27.899.419,00						67.879.428,00
BTG ABSOL INSTIT FIA	3.084.147,00	4.405.925,00	4.773.085,00	46.262,00	8.812,00	5.140,00	91.790,00	12.483,00	12.427.645,00
IT INST A PHOENIX FI	9.497.212,00	19.785.859,00	22.497.338,00	79.143,00	29.966,00	13.391,00	295.662,00	29.130,00	52.227.703,00
IT ACOES M 30 II FIC	3.433.763,00	4.595.395,00	3.763.682,00	46.831,00	16.220,00	2.841,00	251.254,00		12.109.986,00
ECONOMIA REAL FIP MU	8.342.498,00	15.967.316,00	17.017.561,00	24.891,00			132.058,00		41.484.324,00
BTG INV IMP FIP CL A	2.227.957,00	3.881.089,00	4.073.949,00	11.264,00			46.082,00		10.240.340,00
CAPIT REIT FICFIM CP	11.019.744,00	22.630.732,00	24.719.333,00	51.195,00			202.955,00		58.623.958,00
HEDGE PLUS MM FIC	34.157.866,00	60.187.167,00	63.041.911,00	150.891,00			773.520,00		158.311.355,00
I MACRO OPPOT FICFIM	5.522.037,00	10.060.662,00	11.066.728,00	29.853,00			149.266,00		26.828.545,00
ITAU GLOB PLUS FICFI	5.685.853,00	11.912.197,00	13.284.141,00	31.912,00			154.839,00		31.068.943,00
Total Geral	486.182.733,00	805.658.614,00	846.348.793,00	3.220.641,00	962.622,00	260.304,00	10.900.046,00	312.576,00	2.153.846.329,00

2.2. Controle de Riscos de Investimentos

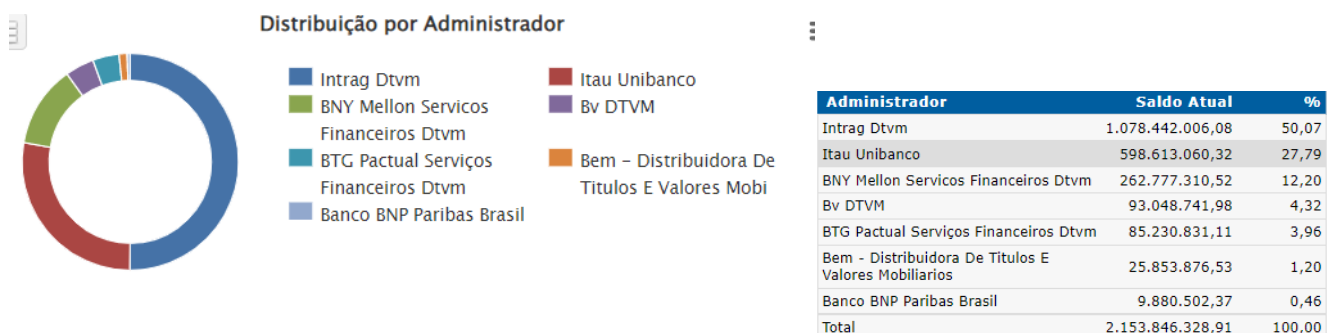
O Conselho Deliberativo definiu para a Política de Investimentos alguns parâmetros de exposição a risco de mercado por segmento de aplicações (Anexo I). Na segmentação de renda fixa, a Fundação, em consonância as disposições da Resolução CGPC nº 04/2002, classificou os ativos alocados no fundo “Bela Cintra Fundo de Investimento”, que representa 50,07% do patrimônio, na categoria de títulos mantidos até o vencimento, com um percentual cada vez menor relativo ao PL total pois as arrecadações tem sido investidas de modo a buscar a diversificação das carteiras uma vez que a RESOLUÇÃO Nº 37, de 13 de março de 2020, vigente a partir de setembro de 2020, restringe a compra de novos títulos com marcação no vencimento, mesmo com os estudos indicando capacidade financeira e atuarial para isso. O controle de risco no segmento de renda fixa é feito através do cálculo do VAR (Value at Risk) paramétrico que representa a perda máxima esperada de um dia para uma carteira ou um ativo, com intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento) com histórico de 21 dias. O limite de perda esperada máxima para um dia é de 3,5%. Quando contratar o serviço de monitoramento de risco a Fundação passará a incluir uma tabela com os VARs por investimento.

Tendo em vista o balanceamento e as movimentações referentes a arrecadação e pagamento de benefícios, resgates e portabilidades, realizou-se de modo consolidado as seguintes movimentações que pelo seu grande volume foi enviado em anexo.

Segue gráfico da alocação por Gestor dos fundos investidos:



Segue gráfico da alocação por Administrador dos fundos investidos:



Segue gráfico da alocação por Custodiante dos fundos investidos:



Dados de Volatilidade da Carteira Consolidada:

Tabela 7: Período da Análise: 31/12/2020 a 31/12/2021. Rendimento Nominal da Carteira em %

Ativo	Valor (R\$)	%	Mês	Ano	No Período	Liqdz/Vcmto	Vol. Período	Emissor
fundo de ações	170.498.638,34	7,92	1,32	-15,52	-15,52		21,57	
fundo de RF	1.479.979.798,93	68,71	1,00	12,65	12,65		0,75	
fundo IE	176.810.425,97	8,21	2,04	26,07	26,07		15,48	
multimercado estruturado	274.832.800,82	12,76	0,02	2,86	2,86		3,34	
multimercado estruturado participações	51.724.664,87	2,40	-0,40	-	-		-	
Total	2.153.846.328,93	100,00	0,95	9,37	9,37		2,14	

Informações Adicionais de Risco (Período de análise: 31/12/2020 a 31/12/2021):

Tabela 4: Informações Adicionais. Período da Análise: 31/12/2020 a 31/12/2021

	Carteira	CDI
Retorno no período	9,37	4,40
Retorno nos últimos 6 meses	4,07	3,07
Retorno nos últimos 12 meses	9,25	4,39
Volatilidade no período	2,14	0,13
Índice de Sharpe no período (CDI)	2,33	0,00

Maior rentabilidade mensal	1,57 (Mar/2021)
Menor rentabilidade mensal	0,09 (Set/2021)
Número de meses com retorno positivo	12
Número de meses com retorno negativo	-
PL em 31/12/2021	2.153.846.328,91
PL médio no período	1.967.325.225,05

Indicador de risco	Valor
Volatilidade no período anualizada	1,98
Índice de Sharpe no período anualizado	3,93
Maior rentabilidade mensal	1,57 (Mar/2021)
Menor rentabilidade mensal	0,42 (Fev/2021)
Número de meses com retorno positivo	6
Número de meses com retorno negativo	0
Volatilidade ao dia (%)	0,125
Volatilidade ao mês (%)	0,571
Volatilidade ao ano (%)	1,979
Beta	0,158
Correl com o IBGE_IPCA	0,184
Erro Quadrático Médio (%)	0,000301
Raiz do Erro Quadrático Médio (%)	0,017
Tracking Error (%)	0,173
Índice de Sharpe ao dia	0,240
Alfa de Jensen (%)	0,027
M2 de Modigliani (%)	0,015

Comparação com o Benchmark

Nº de períodos com retorno menor que o Benchmark	43
Nº de períodos com retorno igual ao Benchmark	0
Nº de períodos com retorno maior que o Benchmark	81
Proporção dos retornos menor que o Benchmark	34,68%
Proporção dos retornos igual ao Benchmark	0,00%
Proporção dos retornos maior que o Benchmark	65,32%

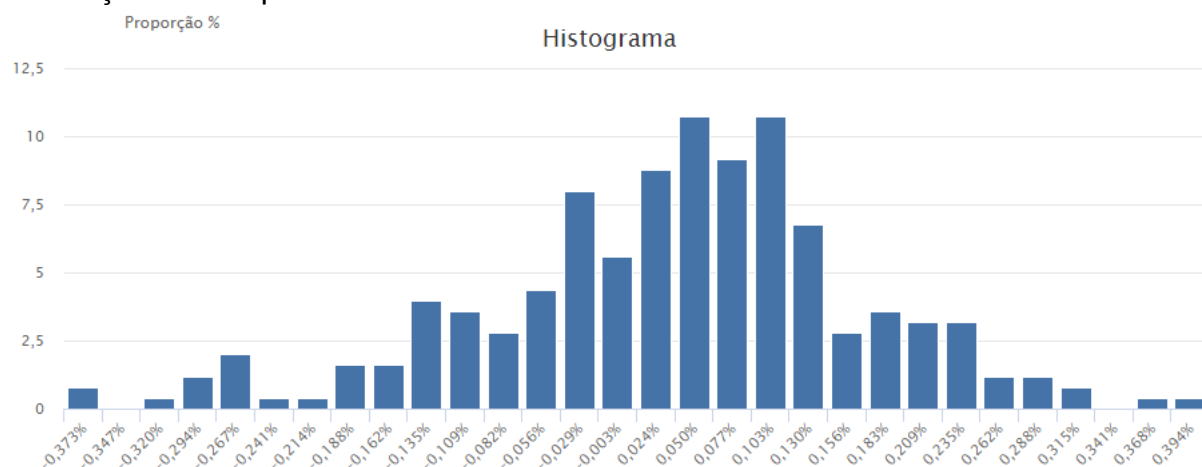
Conforme Gráfico abaixo podemos verificar que a carteira consolidada segue defensiva em meio à incerteza do ambiente macroeconômico e os investimentos em renda Fixa são os que mais cresceram em 2021:

Controle de liquidez: Confortável com as premissas atuariais tendo em vista que o prazo médio de resgate é de 35,40 dias e a maior parte dos planos ainda está em período de arrecadação, ainda levando em conta o fato dos planos serem da modalidade de Contribuição Definida.

Tabela 2: Liquidez da Carteira. Tempo (s): 25,4448

Tempo de Resgate (DC)	Valor Líquido	%
D0 a D1 (R\$)	186.362,48	0,01
D2 a D29 (R\$)	1.613.058.688,63	74,89
D30 a D59 (R\$)	270.350.381,43	12,55
D60 a D89 (R\$)	158.311.354,99	7,35
D90 a D119 (R\$)	0,00	0,00
D120 a D179 (R\$)	0,00	0,00
D180 a D359 (R\$)	58.623.958,35	2,72
D360 a D719 (R\$)	0,00	0,00
D720 ou mais (R\$)	53.315.583,01	2,48
Prazo Médio (em dias)	35,40	
Total (R\$)	2.153.846.328,91	100,00

Distribuição de Frequência de retornos no ano de 2021



Considerando as Políticas de Investimentos, os limites devem ser acompanhados por segmento, isto é, consolidando-se os vários fundos que integram cada segmento. Os limites por segmento são:

- Renda Fixa: V@R 3,0% para 1 du e 95% confiança
- Renda Variável: TE 15% a.a.
- Estruturados: V@R 4,0% para 1 du e 95% confiança
- Exterior: TE 10% a.a.

Aparentemente não houveram desenquadramentos nas medidas de risco individualmente, por política, por métrica e por plano. Está prevista contratação de consultoria responsável pela apuração das medidas de riscos com investimentos pelo Diretor responsável por riscos de investimentos. Abaixo medidas de Risco da Carteira Consolidada, em relação ao Alvo da Prevcom calculada internamente pela diretoria de Investimentos.

Risco	
Volatilidade ao dia (%)	0,135
Volatilidade ao mês (%)	0,619
Volatilidade ao ano (%)	2,144
Beta	0,089
Correl com o ALVO_PREVCOM	0,120
Erro Quadrático Médio (%)	0,000459
Raiz do Erro Quadrático Médio (%)	0,021
Tracking Error (%)	0,214
Índice de Sharpe	0,138
Alfa de Jensen (%)	0,015
M2 de Modigliani (%)	-0,011

Unidade do Período de Análise:	dia
Nº de períodos analisados	252
Comparação com o Benchmark	
Nº de períodos com retorno menor que o Benchmark	108
Nº de períodos com retorno igual ao Benchmark	0
Nº de períodos com retorno maior que o Benchmark	144
Proporção dos retornos menor que o Benchmark	42,86%
Proporção dos retornos igual ao Benchmark	0,00%
Proporção dos retornos maior que o Benchmark	57,14%
Comparação com 0% de retorno	
Nº de períodos com retorno menor que o 0%	85
Nº de períodos com retorno igual ao 0%	0
Nº de períodos com retorno maior que o 0%	167
Proporção dos retornos menor que o 0%	33,73%
Proporção dos retornos igual ao 0%	0,00%
Proporção dos retornos maior que o 0%	66,27%
Máximos e Mínimos	
Máximo Retorno	0,41%
Data do Máximo Retorno	09/09/2021
Mínimo Retorno	-0,39%
Data do Mínimo Retorno	28/09/2021
Draw Down	
Máximo Draw Down	0,73%
Início do Máximo Draw Down	15/09/2021
Data do Máximo Draw Down	21/09/2021
Tempo Recuperação do Máximo Draw Down	19
Data Recuperação Máximo Draw Down	13/10/2021

Var da Carteira consolidada calculada pelo Com Dinheiro pela Dir de Investimentos.

VaR		Carteira	
Value at Risk (em Valor)	R\$ 2,22	Moeda	BRL
Value at Risk (% do PL Calculado)	0,22%	Histórico de dados	31/12/2020 a 31/12/2021
PL Calculado	R\$ 1.000,000	Delta dias úteis	251
Exposição	R\$ 1.000,000	Delta dias Corridos	365
Tipo do Value at Risk	Paramétrico	Data de Análise	31/12/2021
Distribuição	Assumida Normal	Número de Ativos Originais	1
Benchmark VaR	Não	Número de Fatores de Risco	1
Lambda do EWMA	Não foi usado EWMA	Periodicidade dos Retornos	Diários
Horizonte de tempo	1 du	Tipo de Retorno	Logarítmico
Nível de confiança	95%	Tipo de Desvio Padrão	Populacional
Decomposição em Fatores Primitivos de Risco	Não	VaR como % do PL Calculado está em Módulo	Sim
		VaR como % da Exposição está em Módulo	Sim
		Tempo de Processamento em segundos	0

2.3. Manifestação e Recomendação do Conselho Fiscal

Diante das análises efetuadas, e em atendimento ao art. 19 da Resolução do CGPC nº. 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho observou que a Fundação SP-PREVCOM, no 1º semestre de 2021, teve as Políticas de Investimentos de todos os planos por ela geridos aderentes à Resolução CMN nº 4.661/18 e demais normas emitidas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores, salvos apontamentos a serem mencionados na recomendação.

O Conselho Fiscal, com base nos relatórios disponibilizados, identificou que mais de 50% dos recursos garantidores dos planos de benefícios são investidos no Fundo Bela Cintra em NTNBS. O restante é investido em outros fundos do segmento de renda fixa bem como em fundos dos segmentos de multimercado, Renda Variável Doméstica e Ações no Exterior.

Com base nas informações apresentadas, excetuando o desenquadramento marginal de 0,28% no Plano de Benefícios PREVCOM MS que foi reenquadrado ao longo do segundo semestre de 2021, não foram verificados desenquadramentos nos limites de alocação por segmento dos investimentos ou na concentração por emissor.

Este conselho recomenda que a PREVCOM sempre busque avaliar e comparar a qualidade de gestão e performance da rentabilidade de outros fundos de previdência similares e indicadores do setor, como os produzidos pela ABRAPP (https://www.abrapp.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Consolidado-Estatistico_05.2021-2.pdf). Essas informações podem indicar possíveis melhorias operacionais.

O Conselho Fiscal solicita que a PREVCOM esclareça as divergências encontradas nas informações obtidas para emissão deste relatório com as divulgadas na Lâmina Mensal do Relatório de Investimentos quanto as metas e rendimentos dos fundos.

Além disso, as “Informações Adicionais de Risco” deveriam ser complementadas por indicadores de mercado específicos dos segmentos de investimento e dos indicadores por segmento de investimento da carteira e os “Controle de liquidez” deveriam explicitar as metas e limites que nortearam a política de investimentos.

Este Conselho recomenda que a Diretoria de Investimentos complemente as informações de rentabilidade com o desempenho individual de cada Plano tendo em vista que a composição das carteiras por plano.

Por fim, este conselho recomenda que a diretoria executiva encaminhe para aprovação do Conselho Deliberativo revisão dos limites por classe de ativos das Políticas de Investimento para dar ao Comitê de Investimentos mais opções para buscar a meta de rentabilidade e minimizar a ocorrência de desenquadramentos passivos assim como “deve definir claramente a separação de responsabilidades e objetivos associados aos mandatos de todos os agentes que participem do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos dos planos da entidade, inclusive com a definição das alçadas de decisão de cada instância”, como previsto na Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018.

3 Análise da Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais

O Conselho Fiscal verificou a documentação do segundo semestre de 2021, disponibilizada pela Fundação, para análise de aderência das premissas e hipóteses atuariais dos Planos de Benefícios, de acordo com o inciso I, do artigo 19 da Resolução CGPC nº 13/2004, e apresenta a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

3.1. Relatório de Reservas Matemáticas dos Planos de Benefícios (Anexo VI)

As aprovações dos Planos de Benefícios administrados pela PREVCOM, estão destacadas a seguir:

Regulamentos aprovados pela PREVIC		
Planos de Benefícios /CNPB	Nº das Portarias e Datas de aprovação	Planos de Benefícios instituídos para
PREVCOM RG/CNPB 2013.0002-19	Portaria nº 18, de 18 de janeiro de 2013	Os empregados públicos vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, elencados no artigo 1º, §1º, item “3”, e §2º da Lei Estadual nº 14.653, de 22 de dezembro de 2011.
PREVCOM RP/CNPB 2013.0001-38	Portaria nº 19, de 18 de janeiro de 2013	Servidores titulares de cargos efetivos ou de cargos vitalícios do Estado de São Paulo, admitidos no serviço público a partir de 21 de janeiro de 2013.
PREVCOM RG-UNIS /CNPB 2013.0020-92	Portaria nº 670, de 03 de dezembro de 2013	Os empregados públicos das Universidades Estaduais Paulistas (Universidade de São Paulo - USP; Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” - UNESP) submetidos ao Regime Geral de Previdência Social.
PREVCOM RO/CNPB 2018.0013-29	Portaria nº 791, de 14 de agosto de 2018	Os servidores públicos do Estado de Rondônia, submetidos ao Regime Próprio Previdência Social, abrangidos pela Lei nº 3.270, de 5 de dezembro de 2013.
PREVCOM MULTI/CNPB 2018.0018-92	Portaria nº 935, de 1º de outubro de 2018	Os servidores públicos dos Municípios e Estados, cujo Ente Federativo tenha delegado a administração do plano de benefícios de caráter previdenciário complementar à PREVCOM, conforme disposição legal.
SP Previdência/CNPB 2019.0038-56	Portaria nº 1.127, de 30 de dezembro de 2019	Os servidores públicos do Município de São Paulo, submetidos ao Regime Próprio Previdência Social, abrangidos pela Lei nº 17.020, de 27 de dezembro de 2018.
PREVCOM MS/CNPB 2020.0004-74	Portaria nº 478, de 8 de julho de 2020	Os servidores públicos do Estado de Mato Grosso do Sul, submetidos ao Regime Próprio Previdência Social, abrangidos pela Lei Complementar nº 261, de 21 de dezembro de 2018.
PREVCOM-MT/CNPB 2020.0026-47	Portaria nº 821, de 25 de novembro de 2020	Os servidores públicos do Estado de Mato Grosso, submetidos ao Regime Próprio Previdência Social, abrangidos pela Lei Complementar nº 670, de 4 de setembro de 2020.

Convênios de Adesão			
Planos de Benefícios	Data da Publicação	Portaria PREVIC	Convênio celebrado entre a PREVCOM e:
PREVCOM RG	21/jan/13	Portarias Previc nº 18	Estado de São Paulo, por meio do Poder Executivo, suas autarquias e fundações.
PREVCOM RP	21/jan/13	Portarias Previc nº 19	Estado de São Paulo, por meio do Poder Executivo, suas autarquias e fundações.
PREVCOM RG	22/mar/13	Portarias Previc nº 147	Convênios de Adesão da Assembleia Legislativa
PREVCOM RP	22/mar/13	Portarias Previc nº 148	Convênios de Adesão da Assembleia Legislativa
PREVCOM RG	09/mai/13	Portaria Previc nº 243	Tribunal de Justiça, Tribunal de Justiça Militar, Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública.
PREVCOM RP	02/out/13	Portaria Previc nº 520	Universidade de São Paulo - USP, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP.
PREVCOM RG-UNIS	04/dez/13	Portaria Previc nº 670	Universidade de São Paulo - USP, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP
PREVCOM RP	23/jun/14	Portaria Previc nº 302	Tribunal de Justiça, Tribunal de Justiça Militar, Tribunal de Contas e Defensoria Pública.
PREVCOM RO	06/nov/18	Portaria Previc nº 1.016	Estado de Rondônia
PREVCOM MULTI	03/out/18	Portaria Previc nº 935	Município de Birigui - SP
PREVCOM MULTI	06/nov/18	Portaria Previc nº 1.017	Município de Santa Fé do Sul - SP
PREVCOM MULTI	29/jan/19	Portaria Previc nº 56	Município de Jales - SP
PREVCOM MULTI	09/abr/19	Portaria Previc nº 272	Município de Ribeirão Preto - SP
PREVCOM MULTI	18/jun/19	Portaria Previc nº 489	Município de Guarulhos - SP
PREVCOM MULTI	26/ago/19	Portaria Previc nº 730	Município de Louveira - SP
PREVCOM MULTI	08/out/19	Portaria Previc nº 855	Município de Osasco - SP
SP Previdência	02/jan/20	Portaria Previc nº 1.127	Município de São Paulo, Câmara Municipal de São Paulo e Tribunal de Contas do Município de São Paulo
PREVCOM MS	13/set/20	Portaria Previc nº 478	Estado de Mato Grosso do Sul
PREVCOM-MT	26/nov/20	Portaria Previc nº 821	Estado de Mato Grosso
PREVCOM MULTI	28/set/21	Portaria Previc nº 648	Município de Mairiporã - SP
PREVCOM MULTI	19/nov/21	Portaria Previc nº 766	Município de Santos - SP
PREVCOM MULTI	07/dez/21	Portaria Previc nº 810	Município de Itapevi - SP
PREVCOM MULTI	07/dez/2021	Portaria Previc nº 811	Município de Barretos - SP
PREVCOM MULTI	07/dez/21	Portaria Previc nº 812	Município de Valentim Gentil - SP

A natureza dos Planos de Benefícios é de Contribuição Definida (CD). Com base nas Notas Técnicas atuariais, não são empregadas bases financeiras e atuariais na definição dos benefícios e custeio, exceto para o cálculo do tempo de recebimento do benefício, quando adotado o tempo correspondente à expectativa de vida. A tábua biométrica adotada para o benefício recalculado anualmente, com base no fator atuarial é BR-EMSsb-V.2015, segregada por sexo.

Os Planos de Benefícios, administrados pela Fundação, são planos de múltipla escolha na Renda de Aposentadoria, contendo benefícios enquadrados na modalidade de Contribuição Definida (CD), calculados financeiramente.

Para atender às disposições regulamentares destes Planos de Benefícios, observadas as disposições previstas na Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC nº 17/2015, a PREVCOM realizou, em 2017, a cotação de preços e de condições, separadamente, para a nova contratação de benefícios de risco por morte e/ou invalidez voltada para seus participantes. Trata-se da renovação da contratação de cobertura de Benefícios de Risco por invalidez total e permanente e por morte, em forma de Pecúlio, oferecidos em planos de Previdência Complementar, isto é, pagamento em parcela única, na ocorrência do evento gerador. A Seguradora Mongeral Aegon e Previdência foi selecionada no processo seletivo, ocorrido no segundo semestre de 2017. O contrato, vigente, foi assinado em 05 de janeiro de 2018, com prazo de vigência de 60 meses, consecutivos e ininterruptos, contados a partir da data de assinatura do contrato.

Com base nas informações disponibilizadas pelo departamento de seguridade da Fundação (Balancetes de Evolução Mensal Consolidado e dos Planos - Anexo VIII e Relatório Gerencial – Anexo IX), foram elaborados os quadros a seguir que demonstram as movimentações dos saldos no período das Provisões Matemáticas e dos Fundos Administrativo e Previdencial dos Planos de Benefícios:

Plano PREVCOM RP					
	Saldo dez/19	Saldo jun/20	Saldo dez/20	Saldo jun/21	Saldo dez/21
2.03.01.01.01 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	518.750	403.481	1.939.082	1.831.283	2.077.487
2.03.01.01.02 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS A CONCEDER	274.853.764	312.773.166	374.829.214	433.784.128	497.070.601
2.03.02.01.01 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS PREVIDENCIAIS- REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	295.613	331.941	489.099	623.239	820.024
2.03.02.02 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS ADMINISTRATIVOS- PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	3.192.609	3.823.971	4.167.691	5.674.394	7.194.501
2.03 - Patrimônio Social	278.860.736	317.332.559	381.425.086	441.913.044	507.162.613

Plano PREVCOM RG

	Saldo dez/19	Saldo jun/20	Saldo dez/20	Saldo jun/21	Saldo dez/21
2.03.01.01.01 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	12.215.444	11.702.856	15.539.839	20.304.896	21.515.272
2.03.01.01.02 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS A CONCEDER	540.295.825	582.705.194	660.299.576	718.929.340	782.873.264
2.03.02.01.01 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS PREVIDENCIAIS-REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	7.214.778	7.977.731	9.328.923	10.823.032	12.614.066
2.03.02.02 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS ADMINISTRATIVOS-PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	9.162.137	9.966.493	10.231.198	11.619.880	12.006.916
2.03 - Patrimônio Social	568.888.184	612.352.274	695.399.536	761.677.148	829.009.517

Plano PREVCOM RG-UNIS

	Saldo dez/19	Saldo jun/20	Saldo dez/20	Saldo jun/21	Saldo dez/21
2.03.01.01.01 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	15.457.656	13.867.305	13.580.430	13.080.840	14.034.471
2.03.01.01.02 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS A CONCEDER	583.295.706	624.489.246	704.525.817	766.831.085	828.215.782
2.03.02.01.01 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS PREVIDENCIAIS-REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	5.420.035	5.631.771	6.431.152	7.267.244	8.173.905
2.03.02.02 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS ADMINISTRATIVOS-PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	6.693.786	7.367.429	7.722.121	8.533.069	9.898.217
2.03 - Patrimônio Social	610.867.183	651.355.751	732.259.520	795.712.237	860.322.374

Plano PREVCOM RONDÔNIA

	Saldo dez/19	Saldo jun/20	Saldo dez/20	Saldo jun/21	Saldo dez/21
2.03.01.01.01 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0	0	0	0	0
2.03.01.01.02 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS A CONCEDER	403.815	850.478	1.450.280	2.327.349	3.515.939
2.03.02.01.01 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS PREVIDENCIAIS-REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	0	1.781	11.128	11.393	11.562
2.03.02.02 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS ADMINISTRATIVOS-PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	146.715	168.963	362.494	418.343	266.853
2.03 - Patrimônio Social	550.530	1.021.222	1.823.902	2.757.085	3.794.355

Plano PREVCOM MULTI

	Saldo dez/19	Saldo jun/20	Saldo dez/20	Saldo jun/21	Saldo dez/21
2.03.01.01.01 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0	0	0	0	0
2.03.01.01.02 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS A CONCEDER	2.879.109	4.742.752	7.128.782	9.172.627	11.490.463
2.03.02.01.01 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS PREVIDENCIAIS-REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	0	4	31	19.614	29.648
2.03.02.02 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS ADMINISTRATIVOS-PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	73.294	4.422	81.564	147.655	162.724
2.03 - Patrimônio Social	2.952.403	4.747.178	7.210.377	9.339.896	11.682.835

Plano SP PREVIDÊNCIA

	Saldo dez/19	Saldo jun/20	Saldo dez/20	Saldo jun/21	Saldo dez/21
2.03.01.01.01 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0	0	0	0	0
2.03.01.01.02 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS A CONCEDER	0	0	168.231	321.017	1.507.270
2.03.02.01.01 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS PREVIDENCIAIS-REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	0	0	0	239	238
2.03.02.02 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS ADMINISTRATIVOS-PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	0	0	576.380	840.734	894.596
2.03 - Patrimônio Social	-	-	744.611	1.161.991	2.402.103

Plano PREVCOM MS

	Saldo dez/19	Saldo jun/20	Saldo dez/20	Saldo jun/21	Saldo dez/21
2.03.01.01.01 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0	0	0	0	0
2.03.01.01.02 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS A CONCEDER	0	0	15.708	79.409	350.815
2.03.02.01.01 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS PREVIDENCIAIS-REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	0	0	0	0	14
2.03.02.02 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS ADMINISTRATIVOS-PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	0	0	313.829	609.932	682.413
2.03 - Patrimônio Social	-	-	329.537	689.341	1.033.242

Plano PREVCOM MT					
	Saldo dez/19	Saldo jun/20	Saldo dez/20	Saldo jun/21	Saldo dez/21
2.03.01.01.01 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0	0	0	0	0
2.03.01.01.02 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS A CONCEDER	0	0	0	148.773	788.755
2.03.02.01.01 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS PREVIDENCIAIS-REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	0	0	0	0	0
2.03.02.02 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS ADMINISTRATIVOS-PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	0	0	0	412.407	523.540
2.03 - Patrimônio Social	-	-	-	561.180	1.312.295

CONSOLIDADO					
	Saldo dez/19	Saldo jun/20	Saldo dez/20	Saldo jun/21	Saldo dez/21
2.03.01.01.01 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	28.191.850	25.973.642	31.059.352	35.217.019	37.627.230
2.03.01.01.02 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.401.728.219	1.525.560.835	1.748.417.608	1.931.593.729	2.125.812.889
2.03.02.01.01 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS PREVIDENCIAIS-REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	12.930.426	13.943.228	16.260.332	18.744.760	21.649.456
2.03.02.02 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS ADMINISTRATIVOS-PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	19.268.541	21.331.279	23.455.277	28.256.413	31.629.759
2.03 - Patrimônio Social	1.462.119.036	1.586.808.985	1.819.192.569	2.013.811.921	2.216.719.333

3.2. Patrimônio de Cobertura do Plano

O Patrimônio de Cobertura do Plano é o conjunto de recursos previdenciários necessários à cobertura dos compromissos atuariais do plano, que são as Provisões Matemáticas. Esse patrimônio evidencia o total de recursos capitalizados e acumulados pelo Plano de Benefícios, destinado ao custeio exclusivo dos respectivos benefícios previdenciários.

A natureza dos planos de benefícios (Contribuição Definida) transforma as cotas individuais em nome de cada Participante em cotas de Fundos. A Fundação atestou que o Patrimônio apurado é suficiente para a cobertura dos compromissos.

Patrimônio de Cobertura do Plano - Consolidado

2º Semestre 2021

Ativo Total	2.234.881.340
(-) Exigível Operacional e Contingencial	18.162.007
(-) Fundo Adm. e Previd.	53.279.215 ↗
Ativo Líquido	2.163.440.119
(-) Provisões Matemáticas	2.163.440.119
Equilíbrio	-

valores em R\$

PREVCOM RP

2º Semestre 2021

Ativo Total	510.365.162
(-) Exigível Operacional e Contingencial	3.202.549
(-) Fundo Adm. e Previd.	8.014.524
Ativo Líquido	499.148.088
(-) Provisões Matemáticas	499.148.088
Equilíbrio	-

valores em R\$

PREVCOM RG

2º Semestre 2021

Ativo Total	831.947.986
(-) Exigível Operacional e Contingencial	2.938.469
(-) Fundo Adm. e Previd.	24.620.982
Ativo Líquido	804.388.536
(-) Provisões Matemáticas	804.388.536
Equilíbrio	-

valores em R\$

PREVCOM RG-UNIS

2º Semestre 2021

Ativo Total	862.210.947
(-) Exigível Operacional e Contingencial	1.888.573
(-) Fundo Adm. e Previd.	18.072.122
Ativo Líquido	842.250.253
(-) Provisões Matemáticas	842.250.253
Equilíbrio	-

valores em R\$

PREVCOM RONDÔNIA

2º Semestre 2021

Ativo Total	4.231.191
(-) Exigível Operacional e Contingencial	436.836
(-) Fundo Adm. e Previd.	278.416
Ativo Líquido	3.515.939
(-) Provisões Matemáticas	3.515.939
Equilíbrio	-

valores em R\$

PREVCOM MULTI

2º Semestre 2021

Ativo Total	11.722.208
(-) Exigível Operacional e Contingencial	39.373
(-) Fundo Adm. e Previd.	192.372
Ativo Líquido	11.490.463
(-) Provisões Matemáticas	11.490.463
Equilíbrio	-

valores em R\$

PREVCOM SP PREVIDÊNCIA

2º Semestre 2021

Ativo Total	2.958.891
(-) Exigível Operacional e Contingencial	556.788
(-) Fundo Adm. e Previd.	894.833
Ativo Líquido	1.507.270
(-) Provisões Matemáticas	1.507.270
Equilíbrio	-

valores em R\$

PREVCOM MS

2º Semestre 2021

Ativo Total	1.126.671
(-) Exigível Operacional e Contingencial	93.429
(-) Fundo Adm. e Previd.	682.427
Ativo Líquido	350.815
(-) Provisões Matemáticas	350.815
Equilíbrio	-

valores em R\$

PREVCOM MT

2º Semestre 2021

Ativo Total	1.616.183
(-) Exigível Operacional e Contingencial	303.889
(-) Fundo Adm. e Previd.	523.540
Ativo Líquido	788.755
(-) Provisões Matemáticas	788.755
Equilíbrio	-

valores em R\$

3.3. Manifestação e Recomendação do Conselho Fiscal

Verificou-se a devida cobertura patrimonial dos planos. Além disso, tendo em vista que a natureza dos Planos de Benefícios é de Contribuição Definida (CD), e durante o período de atividade e de recebimento adotam a capitalização por cotas dos planos, não há o que se manifestar acerca da aderência das premissas e hipóteses atuariais, uma vez que estas não são empregadas na definição dos benefícios e de custeio, exceto para o cálculo do tempo de recebimento do benefício. Como parâmetro de suporte à definição de recebimento do benefício pelo participante é utilizada a tábua biométrica BR-EMSsb-V.2015, segregada por sexo, a qual indica aderência à realidade demográfica dos participantes dos planos de benefícios.

4 Acompanhamento da Execução Orçamentária

O parágrafo 1º, do artigo 16, da Resolução CGPC nº 13/2004, dispõe que as entidades fechadas de previdência complementar devem elaborar a peça orçamentária segregada por plano de benefícios, considerando as especificidades de cada um. O Orçamento deve ser elaborado pela Diretoria da Fundação, apreciado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho Deliberativo. Cabe ao Conselho Fiscal da entidade se manifestar com relação à execução orçamentária, conforme inciso I do art. 19 da Resolução.

O Conselho Fiscal, com base nos relatórios gerenciais mensais disponibilizados pela Fundação adotou como procedimento de análise o desempenho da execução orçamentária realizada no período objeto desta manifestação.

Foram objeto de análise os relatórios de Execução Orçamentária (Anexo IV) e os Relatórios Gerenciais (Anexo IX) relacionados aos indicadores de despesas, que contemplam as justificativas em relação a eventuais extrapolações de dispêndios.

O Anexo VII corresponde ao Fluxo de Caixa, que apresenta a arrecadação mensal, entre outras informações.

4.1. Gestão Previdencial

4.1.1. Da execução orçamentária das Adições

As Adições são representadas pelas contribuições efetuadas pelos patrocinadores, seus participantes ativos, ativos facultativos, ativos anteriores e autopatrocinados¹ por meio de percentuais aplicados sobre o salário de participação mensal. São acrescidas às Adições a portabilidade² de entrada e a contribuição facultativa³.

Dos Planos de Benefícios:

Com base nas informações do quadro a seguir, extraídas dos relatórios de Execução Orçamentária (Anexo IV), verificamos que os totais de Adições relacionadas às contribuições previdenciárias representaram no segundo semestre, 101,60% dos valores orçados.

¹ Autopatrocinados são aqueles que, ao deixar de serem Participantes Ativos ou Participantes Ativos Facultativos pelo rompimento do vínculo com o Patrocinador ou por ocorrência de perda parcial da remuneração recebida, optarem por permanecer inscritos nos Planos e recolher as contribuições determinadas para eles e para o Patrocinador no Plano Anual de Custeio.

² Portabilidade: Valores portados de outros Planos de Benefícios de Previdência Complementar (Entidade Aberta ou Fechada) em nome do Participante

³ Contribuições facultativas são realizadas sem a contrapartida do Patrocinador, de caráter esporádico.

Conta Contábil	Descrição	Orçamento - 2º Semestre 2021		
		Orçado	Realizado	%
3.01.01.01.01.01.0066	Contribuições Normais Patrocinadora	63.625.976,00	57.229.423,12	89,95%
3.01.01.03.01.01.01.0056	Contribuições Normais Participante	63.625.976,00	75.452.349,31	118,59%
3.01.01.04.01.01.0213/0215	Contr Autopatroc. Parte Patrocinadora/ Parte Participante	-	450.119,48	0,00%

Total de Contribuições	127.251.952,00	133.131.891,91	104,62%
------------------------	----------------	----------------	---------

valores em R\$

Não foram elaboradas projeções aos autopatrocinados. No segundo semestre tais contribuições somaram R\$ 450.119,48 (quatrocentos e cinquenta mil, cento e dezenove reais e quarenta e oito centavos).

Conta Contábil	Descrição	Orçamento - 2º Semestre 2021		
		Orçado	Realizado	%
3.01.01.03.01.01.02.0059	Contribuição Facultativa	1.891.165,09	7.883.743,42	416,87%
3.01.05	PORTABILIDADE (de Entrada)	-	753.158,94	0,00%

Total	1.891.165,09	8.636.902,36	456,70%
-------	--------------	--------------	---------

valores em R\$

A arrecadação realizada no segundo semestre, para a contribuição facultativa foi de R\$ 7.883.743,42 (sete milhões, oitocentos e oitenta e três mil, setecentos e quarenta e três reais e quarenta e dois centavos). Não foram projetados, no Orçamento de 2021, ingressos decorrentes de Portabilidade, no entanto a receita realizada no segundo semestre foi de R\$ 753.158,94 (setecentos e cinquenta e três mil, cento e cinquenta e oito reais e noventa e quatro centavos).

Conforme informação da Fundação, as contribuições facultativas a partir de R\$ 50.000,00 são informadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF em atendimento ao artigo 11 da Instrução MPS/PREVIC/DC Nº 18, de 24 de dezembro de 2014.

Conta Contábil	Descrição	Orçamento - 1º Semestre 2021		
		Orçado	Realizado	%
3.01.01.07.01	CONTRIBUIÇÕES DE RISCOS TERCEIRIZADOS - PARTICIPANTES	-	17.733.384,71	0,00%
3.01.01.07.02	SINISTROS RECEBIDOS - SEGURADORAS	-	5.481.295,14	0,00%
Total		-	23.214.679,85	0,00%

valores em R\$

Conta Contábil	Descrição	Orçamento - 1º Semestre 2021-Efeitos de reapresentação		
		Realizado	A conta 3.01.01.07.02.00.00 foi apresentada de forma incorreta no plano de contas	Realizado reapresentado
3.01.01.07.01	CONTRIBUIÇÕES DE RISCOS TERCEIRIZADOS - PARTICIPANTES	17.733.384,71		17.733.384,71
3.01.01.07.02	SINISTROS RECEBIDOS - SEGURADORAS	5.481.295,14	- 5.481.295,14	-
3.01.06.01.0600	Indenização de Risco Terceirizado*		5.481.295,14	5.481.295,14
Total		23.214.679,85	-	23.214.679,85

valores em R\$

Ao término do primeiro semestre de 2021, o grupo de estudos da Abrapp realizou avaliação nas rubricas contábeis, questionou a superintendência que confirmou uma alteração. A conta 3.01.01.07.02.00.00 foi apresentada de forma incorreta no plano de contas. A conta que deverá ser utilizada é a 3.01.06.00.00.00.00 - Adições / Indenização de Risco Terceirizado. O processo foi acompanhado pelo Diretor de Contabilidade da PREVIC. O quadro acima demonstra o efeito da reclassificação. O quadro a seguir, é o resultado líquido da movimentação do segundo semestre de 2021.

Conta Contábil	Descrição	Orçamento - 2º Semestre 2021		
		Orçado	Realizado	%
3.01.06.01.0600	Indenização de Risco Terceirizado	-	11.108.243,69	0,00%
3.01.01.07.01	CONTRIBUIÇÕES DE RISCOS TERCEIRIZADOS - PARTICIPANTES	-	19.691.575,31	0,00%
Total		-	30.799.819,00	0,00%

valores em R\$

O Anexo II, da Instrução Normativa nº 31, de 20 de agosto de 2020 dispõe sobre o registro contábil das contribuições de risco repassadas a terceiros.

Os aportes efetuados pela seguradora relativos aos sinistros ocorridos, realizados no segundo semestre foram de R\$ 11.108.243,69 (onze milhões, cento e oito mil, duzentos e quarenta e três reais e sessenta e nove centavos).

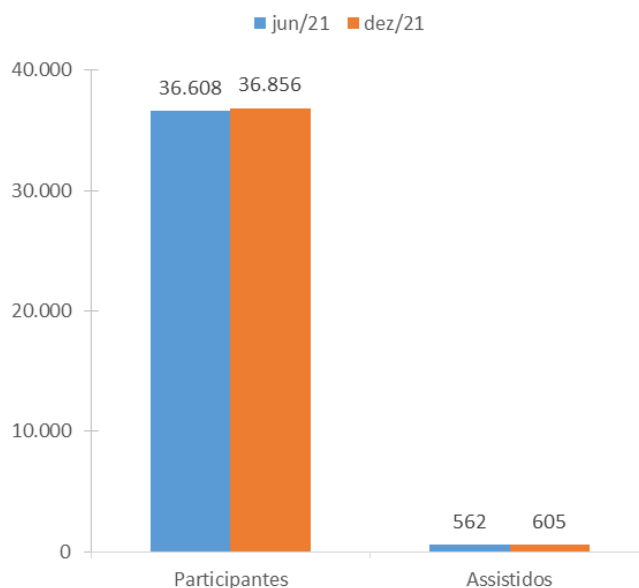
Na Fundação, as receitas suportadas pelo contrato de cobertura de riscos (com a Seguradora Mongeral) com previsão no regulamento do plano de benefícios, realizadas no segundo semestre totalizaram de R\$ 19.691.575,31 (dezenove milhões, seiscentos e noventa e um mil, quinhentos e setenta e cinco reais e trinta e um centavos).

4.1.2. Atividades previdenciárias

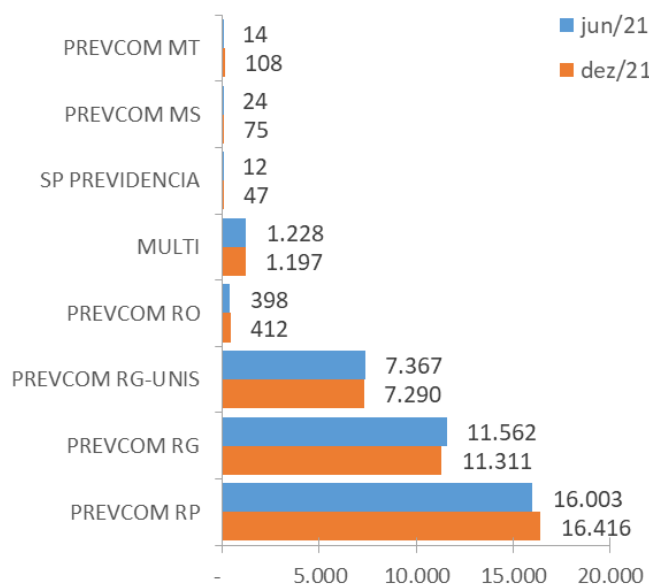
Conforme figura abaixo, a Prevcom encerrou o segundo semestre de 2021 com uma redução de 248 participantes em relação a junho do mesmo ano. Apesar de ter havido uma leve melhora (no primeiro semestre houve redução de 337 participantes), este cenário ainda é resultado da instabilidade econômica provocada pela pandemia da Covid-19 que comprometeu a capacidade de investimento dos servidores e impediu as ações presenciais de prospecção (plantões e palestras). Além disso, conforme o baixo número de concursos e novas contratações de servidores e o impacto da vigência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que dificultou o acesso à base de potenciais participantes e limitou o universo disponível para prospecção, também contribuíram para este resultado.

As ações de relacionamento e prospecção mantiveram-se direcionadas a órgãos que têm apresentado cenários favoráveis, a exemplo do Tribunal de Justiça de São Paulo, que contou com a entrada de 144 participantes, e do Ministério Público em que as adesões foram alavancadas com o ingresso de 118 servidores, por meio de um intenso trabalho de atendimento remoto e palestras virtuais. Também merecem destaque os resultados alcançados nas Secretarias de Segurança Pública e Administração Penitenciária – SAP, cujo atendimento remoto foi liberado após reuniões técnicas realizadas com as respectivas diretorias de Recursos Humanos. Entre as iniciativas destinadas aos planos de outros entes, vale ressaltar as ações realizadas junto aos municípios de Birigui, Santa Fé do Sul, Osasco e Guarulhos, que integram o PREVCOM MULTI, e ao estado de Mato Grosso, cujo plano recebeu 108 participantes. Ao todo, foram realizados no período 28.252 atendimentos remotos e 31 palestras virtuais.

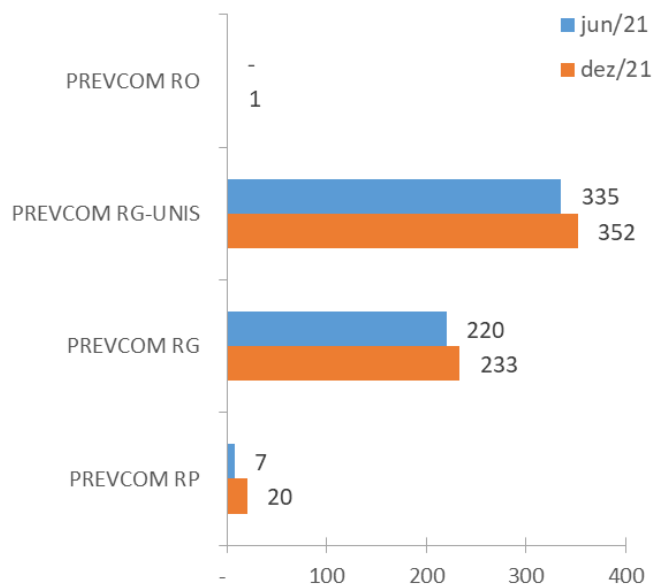
Número de participantes/assistidos



Participantes PREVCOM



Assistidos PREVCOM



A Prevcom continua a realizar ações online (lives) de educação financeira e previdenciária (tanto para participantes como potenciais participantes) e o trabalho junto aos demais entes da Federação para gestão da previdência complementar de seus servidores, em atendimento à Emenda Complementar 103/2019.

4.1.3. Da execução orçamentária das Deduções

As deduções representam o valor de pagamento de benefícios (aposentadorias); institutos (resgates de contribuições e portabilidades); repasses de prêmios de riscos terceirizados no período.

Dos Planos de Benefícios:

Com base nas informações do quadro a seguir extraídas dos relatórios de Execução Orçamentária (Anexo IV), verificamos que o total de Deduções relacionadas às contribuições previdenciárias no segundo semestre foi de R\$ 5.982.972,70 (cinco milhões, novecentos e oitenta e dois mil, novecentos e setenta e dois reais e setenta centavos) não tendo sido contemplados na projeção orçamentária tais eventos.

Conta Contábil	Descrição	Orçamento - 2º Semestre 2021		
		Orçado	Realizado	%
3.02.03.01	RESGATE (Total)	-	4.483.174,15	0,00%
3.02.03.02	PORTABILIDADE	-	1.499.798,55	0,00%
Total de Deduções		-	5.982.972,70	0,00%

valores em R\$

Com relação a Fundos de Risco⁴ (repassse mensal para a seguradora e/ou devolução de risco cancelado ou duplicado) a ausência de orçamento é justificada pela Fundação em razão da opção facultativa da contratação pelo participante do benefício de risco por meio de uma seguradora terceirizada.

Conta Contábil	Descrição	Orçamento - 2º Semestre 2021		
		Orçado	Realizado	%
3.01.99.0304	Fundo de Risco (Entrada)	-	115.682,82	0,00%
3.02.99.01.0304	Fundo de Risco (Saída)	-	111.894,97	0,00%
Líquido de Fundo de Risco		-	3.787,85	0,00%

valores em R\$

⁴ No regulamento dos planos de benefícios, os aportes de contribuição efetuados pelo Patrocinador e pelos Participantes deverão ser classificados e creditados em contas específicas na seguinte conformidade:

(...) II. as contribuições previstas neste Regulamento aportadas pelos Participantes Ativos, Participantes Ativos Facultativos e Autopatrocinados para cobrir Benefícios de Risco destinar-se-ão ao Fundo de Risco.

As contribuições relativas aos Benefícios de Risco serão creditadas no Fundo de Risco e serão repassadas para a companhia seguradora.

4.2. Gestão Administrativa

4.2.1. Da execução orçamentária das receitas administrativas

Os valores das Receitas da Gestão Previdencial são representados pelas contribuições efetuadas por parte dos patrocinadores e participantes para a cobertura de despesas administrativas da Fundação.

Conforme estabelece a Resolução CGPC nº 29/2009, compete ao Conselho Deliberativo – CD aprovar as fontes de custeio administrativo, observados os regulamentos dos planos de benefícios, por ocasião da aprovação do orçamento anual, as quais deverão estar expressamente previstas no plano de custeio. A Diretoria Executiva - DE, ao elaborar o Plano de Gestão Administrativa – PGA, deverá definir indicadores de gestão, que deverão ser ratificados pelo Conselho Deliberativo - CD, que também fixará critérios qualitativos e quantitativos às despesas administrativas e metas para os indicadores de gestão a fim de possibilitar ao Conselho Fiscal - CF a avaliação objetiva das despesas administrativas, inclusive gastos com pessoal.

A partir de 1º de janeiro de 2022 entrará em vigor a Resolução CNPC nº 48/2021, que dispõe sobre regras relativas às despesas administrativas das entidades fechadas de previdência complementar – EFPC, revogando a Resolução CGPC nº 29/2009

Para o exercício de 2021, a Diretoria Executiva não apresentou proposta com as metas para os indicadores acima apresentados. A consultoria, contratada para assessorar na elaboração do ORÇAMENTO 2022, apresentou sugestão de novos indicadores e as respectivas metas. O material foi aprovado pelo Conselho Deliberativo e terá validade para o exercício seguinte.

Com base nas informações do quadro a seguir, extraídas do relatório de Execução Orçamentária (Anexo IV), constatamos que os valores executados no segundo semestre de 2021 correspondem a 94,64% das projeções para o período.

Conta Contábil	Descrição	Orçamento - 2º Semestre 2021		
		Orçado	Realizado	%
4.01.01.01.01.01.0055	Contribuição Administrativa - PATROCINADOR(ES)	97.688,00	4.567.346,55	4675,44%
4.01.01.01.01.01.0284	Recursos Adicionais	2.681.000,00	541.836,45	20,21%
4.01.01.01.03.0055	Contribuição Administrativa - PARTICIPANTES	13.858.991,00	10.635.888,59	76,74%
Total de Correntes		16.637.679,00	15.745.071,59	94,64%

valores em R\$

A rubrica referente à contribuição administrativa do participante (4.01.01.01.03.0055) – na coluna orçado, apresenta o montante, (saldo acumulado) correspondente à aplicação do percentual da taxa de administração, incidente sobre o total dos recursos garantidores.

Soma-se ao montante, a taxa de carregamento dos participantes, de acordo com cada plano de benefícios.

No processamento mensal, o sistema corporativo segrega as rubricas, por código e as apresenta nas rubricas distintas. As formas de apresentação, distorcem o percentual comparativo.

Permanecem o percentual, para os planos PEVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG UNIS da taxa de carregamento sobre as contribuições. Este, foi reduzido de 4% para 3% a partir de julho de 2019 e, posteriormente para 2% a partir de fevereiro de 2020 e 0% a partir de maio de 2020, portanto essa decisão, aprovada pelo Conselho Deliberativo, isenta os participantes do encargo a partir da contribuição de maio de 2020 (descontada em junho). O percentual de taxa de carregamento dos planos PREVCOM RO, PREVCOM MULTI, PREVCOM MS e PREVCOM MT é de 4%, sendo que para o plano SP Previdência a taxa é de 5%.

Para todos os planos administrados pela PREVCOM a taxa de administração permanece 1% sobre o patrimônio do fundo.

Nos termos do Art. 6º da Resolução CGPC nº 29/2009, o limite anual de recursos destinados pelo conjunto dos planos de benefícios executados pela EFPC, para plano de gestão administrativa, é o equivalente à taxa de administração de até 1% ou o equivalente à taxa de carregamento de até 9%. A PREVCOM, por utilizar no custeio, dos planos recentemente instituídos, a taxa de carregamento de 4% (PREVCOM RO, PREVCOM MULTI, PREVCOM MS e PREVCOM MT) e a taxa de carregamento de 5% para o plano SP Previdência) optou pelo segundo limite para esses planos

4.2.2. Da execução orçamentária das despesas administrativas

As despesas administrativas da Administração dos Planos Previdenciais são relacionadas à administração do Plano de Benefícios, como por exemplo: salários, encargos, informática, consultorias, auditorias, assessorias, advogados, dentre outros.

Foram objeto de análise deste item os Balancetes de Evolução Mensal Consolidado e dos Planos (Anexo VIII), a Execução Orçamentária (Anexo IV) e o Relatório Gerencial (Anexo IX) relacionado aos indicadores de despesas, que denotaram dispêndio inferior aos valores orçados, conforme quadro a seguir:

Do quadro abaixo apresentado, verifica-se que a Entidade, no geral, respeitou os valores orçados para as despesas do período. Contudo, o elevado valor realizado em Despesas Gerais reflete o período de negociação do aluguel e da entrega da metade dos andares, para a administradora do condomínio e, ainda, o condomínio correspondente a 50% das despesas do edifício.

Ressalte-se que, de acordo com o caput e parágrafo único do art. 3º do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA, as despesas administrativas são geridas de forma compartilhada, para os planos de benefícios do Governo de São Paulo sendo registrada em cada plano de benefícios a parcela a este pertinente, em forma de rateio proporcional às respectivas receitas originárias das taxas de carregamento e de administração. Os gastos

com os novos entes serão ressarcidos à Fundação, por meio do fomento e dos aportes extraordinários, descritos no item 4, devido a alteração da Lei e a permissão para administrar entes. A proporção apresentada no estudo de viabilidade, realizado pela Fundação, é que determinará o montante do reembolso aos planos do Governo de São Paulo. As despesas diretas serão cobradas sem a aplicabilidade da proporção.

Descrição	Orçamento - 2º Semestre 2021		
	Orçado	Realizado	%
PESSOAL E ENCARGOS	7.300.380,00	6.888.327,53	94,36%
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	192.000,00	60.781,00	31,66%
VIAGENS E ESTADIAS	93.000,00	2.694,80	2,90%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	10.320.220,00	3.778.534,07	36,61%
DESPESAS GERAIS	1.437.110,00	1.676.259,55	116,64%
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	-	319.421,57	0,00%
OUTRAS DESPESAS	90.150,00	955,00	1,06%
DESPESAS COM FOMENTO*	-	-	0,00%
CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE PROVISÕES CONTINGENCIAIS	777.170,00	759.786,17	97,76%
Total de Despesas	20.210.030,00	13.486.759,69	66,73%

valores em R\$

4.2.3. Acompanhamento dos indicadores de Gestão

Em atendimento aos artigos 4º e 5º da Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, a partir de 1º de janeiro de 2010 as Entidades Fechadas de Previdência Complementar passaram a adotar indicadores com o objetivo de avaliar a Gestão Administrativa aplicada, ampliando o processo de governança corporativa.

A partir de 1º de janeiro de 2022 entrará em vigor a Resolução CNPC nº 48/2021, que dispõe sobre regras relativas às despesas administrativas das entidades fechadas de previdência complementar – EFPC, revogando a Resolução CGPC nº 29/2009. Para o exercício de 2021, a Diretoria Executiva não apresentou proposta com as metas para os indicadores acima apresentados. A consultoria, contratada para assessorar na elaboração do ORÇAMENTO 2022, apresentou sugestão de novos indicadores e as respectivas metas. O material foi aprovado pelo Conselho Deliberativo e terá validade para o exercício seguinte.

Os indicadores de Gestão são medidas que ajudam a Fundação a avaliar seu desempenho com relação aos objetivos e estratégias. Esses indicadores devem ser monitorados para permitir avaliar desvios e definir planos de correção. De acordo com os dispositivos e devem constar no Regulamento do PGA.

O Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA, por meio da Resolução CD nº 02/2019, de 19 de setembro de 2019, no Artigo 19, apresenta os indicadores de gestão a seguir:

- I. Despesas administrativas da PREVCOM” obtido pela razão entre as Despesas Administrativas realizadas e as Despesas Administrativas previstas no exercício;
- II. Despesas administrativas em relação a Contribuições e Benefícios*: relação entre as despesas administrativas e a soma de contribuições e benefícios (*indicador da ABRAPP = DAC31);
- III. Despesa Administrativa em relação ao Patrimônio (Ativo) – relação entre o total de despesas administrativas e o Patrimônio (Ativo);
- IV. Despesa Administrativa e de Gestão Terceirizada em relação aos Recursos Garantidores* - relação entre a soma das despesas administrativas e despesas com gestão terceirizada com os recursos garantidores dos planos de benefícios (*indicador da ABRAPP = DAT33);
- V. Despesa Administrativa por Participante da Entidade* - mede o volume médio mensal da despesa administrativa por participante (*indicador da ABRAPP = CAP16);
- VI. Fundo Administrativo em relação ao Patrimônio (Ativo) * - mede o percentual do Fundo Administrativo em relação ao Patrimônio Ativo (*indicador da ABRAPP = FAP21);
- VII. Limite da Taxa de Carregamento* - mede o percentual dos recursos para a cobertura das despesas administrativas da Entidade, incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos planos (*indicador da ABRAPP = TCA26); e
- VIII. Custeio Administrativo por participante* - mede o volume médio mensal de custeio dos Planos por participante (*indicador da ABRAPP = CAP22).

O indicador a seguir, permanece inalterado em sua análise e meta:

- Para o indexador “despesas administrativas da SP-PREVCOM” obtido pela razão entre as Despesas Administrativas realizadas e as Despesas Administrativas previstas no exercício, fica estabelecido o limite de 100% (cem por cento das despesas previstas).

4.2.3.1 Análise individualizada dos indicadores de Gestão

A plataforma que a ABRAPP consolida, por meio de uma plataforma de acesso, os indicadores de desempenho de gestão das EFPC (IDG II). Em decorrência da alteração do dispositivo que trata da planificação contábil (IN 31, de agosto de 2020), a plataforma ainda não foi ajustada para inserir os dados de 2021. Desta forma, os cálculos foram apresentados, mediante a utilização da ferramenta interna, utilizada pela PREVCOM, nos exercícios anteriores.

I. “Despesas administrativas da PREVCOM

Abreviatura: DAO e DAR (indicador PREVCOM - não utilizado pela ABRAPP)

Objetivo: Mede a relação entre a Despesa Administrativa Orçada e Despesa Administrativa Realizada

Periodicidade: Mensal

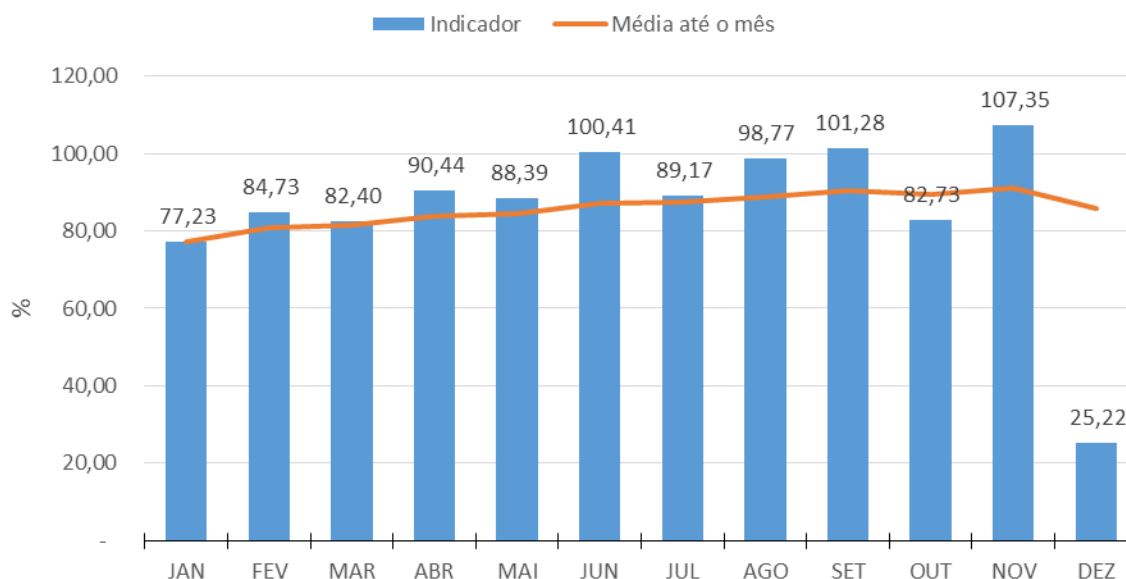
Unidade: Percentual

Fórmula: $(DAO/DAR)*100$

A razão entre as despesas administrativas orçadas e as despesas administrativas realizadas mede a proximidade entre as projeções, apresentadas pela gestão, na comparabilidade com a realização das despesas e estabelecido o limite de 100% - cem por cento das despesas previstas.

No período analisado, a projeção da PREVCOM para o exercício de 2021, finalizou com o indicador, num patamar de 85,7%.

Desp.Adm Orçada x Desp.Adm. Realizada



Desp.Adm Orçada x Desp.Adm. Realizada

		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ*
DAR	R\$ mil	2.163	2.218	2.195	2.667	2.151	2.357	2.211	2.310	2.420	1.935	2.512	2.099
DAO	R\$ mil	2.801	2.617	2.664	2.950	2.434	2.348	2.479	2.339	2.389	2.339	2.340	8.324
Indicador		77,23	84,73	82,40	90,44	88,39	100,41	89,17	98,77	101,28	82,73	107,35	25,22
Média até o mês		77,2	81,0	81,5	83,7	84,6	87,3	87,5	88,9	90,3	89,6	91,2	85,7

* OBS: Valor de dezembro é decorrente da movimentação do reingresso do fundo compartilhado para o fundo administrativo do Governo SP

II. DAC31 - Despesas administrativas em relação a Contribuições e Benefícios

Objetivo: Mede a relação entre a Despesa Administrativa e a Soma entre Contribuição e Benefícios

Periodicidade: Mensal

Unidade: Percentual

Fórmula: $(ADA17 / TRP17) * 100$

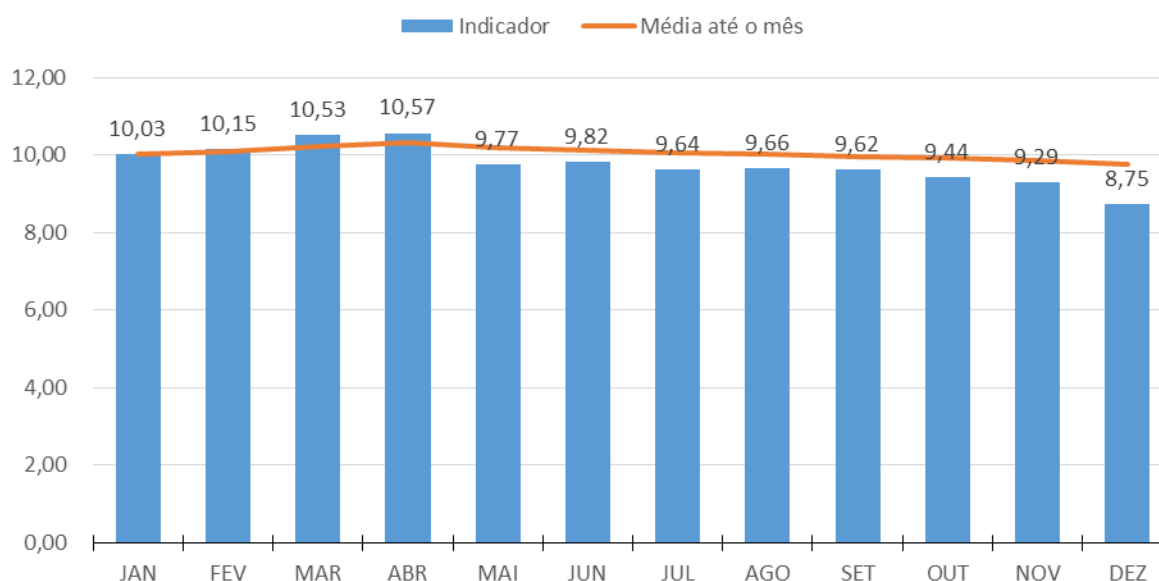
Dados Primários que Compõem a Fórmula

ADA17: Somatório das despesas administrativas do Plano ou Fundo acumuladas no ano com pessoal e encargos, serviços de terceiros, gerais e depreciações/amortizações específicas do programa administrativo.

TRP17: Somatório das contribuições normais, e recursos contratados da gestão previdencial, oriundas do(s) patrocinador(es) e participantes, que tenham incidência para o custeio administrativo e previstas na avaliação atuarial do Plano de benefícios

A razão entre as despesas administrativas e a soma das contribuições e dos benefícios no período analisado, se mantiveram em forma linear, exceto no mês de dezembro, reflexo do retorno do fundo compartilhado para o fundo administrativo do Governo de SP. A meta proposta para este indicador, é que se mantenha menor que 12,50%.

DAC 31



DAC 31

	Base saldo final	Unidade	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ADA 17	Desp ADM	R\$ mil	2.040	4.146	6.229	8.658	10.666	12.887	14.966	17.143	19.442	21.254	23.629	25.614
TRP 17	Ctr+Benef	R\$ mil	20.335	40.832	59.151	81.893	109.204	131.172	155.210	177.542	202.029	225.260	254.281	292.837
Indicador			10,03	10,15	10,53	10,57	9,77	9,82	9,64	9,66	9,62	9,44	9,29	8,75
Média até o mês			10,03	10,09	10,24	10,32	10,21	10,15	10,07	10,02	9,98	9,92	9,87	9,77

III. DAP - Despesa Administrativa em relação ao Patrimônio (Ativo)

Objetivo: Tem por finalidade garantir as despesas relativas à manutenção da estrutura administrativa do Fundo de Pensão.

Dados Primários que Compõem a Fórmula

PAT20: É o conjunto de bens e direitos acumulados pelo Fundo ou Plano

DAR (indicador PREVCOM - não utilizado pela ABRAPP): Mede o percentual das Despesas Administrativas Realizadas.

Periodicidade: Mensal

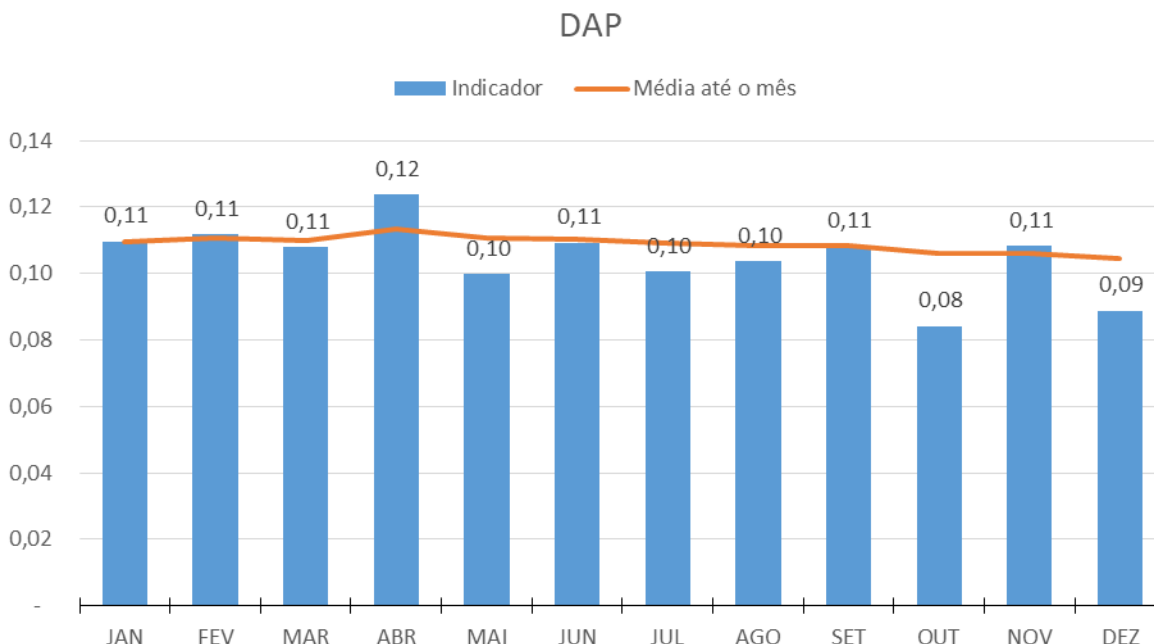
Unidade: Percentual

Fórmula: $(\text{DAR} / \text{PAT20}) * 100$

Acompanhamento de quanto a despesa administrativa representa sobre o patrimônio total

Neste semestre nota-se pouca oscilação no patamar da despesa administrativa, dividida pelo patrimônio. No exercício anterior, ocorreram mais oscilações. A pandemia teve uma influência significativa no período de 2020.

Como meta sugerida para a aprovação do Conselho Deliberativo, é que este indicador se apresente num patamar menor que 1,40% (0,140).



DAP

			SALDO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
TDA 16	Desp ADM	R\$ mil		2.040	2.107	2.083	2.429	2.008	2.220	2.080	2.177	2.299	1.812	2.375	1.985
PAT 20	Patrim	R\$ mil		1.860.022	1.884.244	1.928.776	1.963.668	2.010.467	2.031.690	2.067.411	2.101.703	2.122.665	2.151.635	2.191.825	2.234.881
Indicador				0,11	0,11	0,11	0,12	0,10	0,11	0,10	0,10	0,11	0,08	0,11	0,09
Média até o mês				0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,10

IV. DAT33 - Despesa Administrativa e de Gestão Terceirizada em relação aos Recursos Garantidores

Objetivo: Mede a relação entre a Soma da Despesa Administrativa e Despesas com Gestão Terceirizada com os Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios - Periodicidade: Mensal - Unidade: Percentual

Fórmula: $((ADA17 + DGT33) / RGP23) * 100$

Dados Primários que Compõem a Fórmula

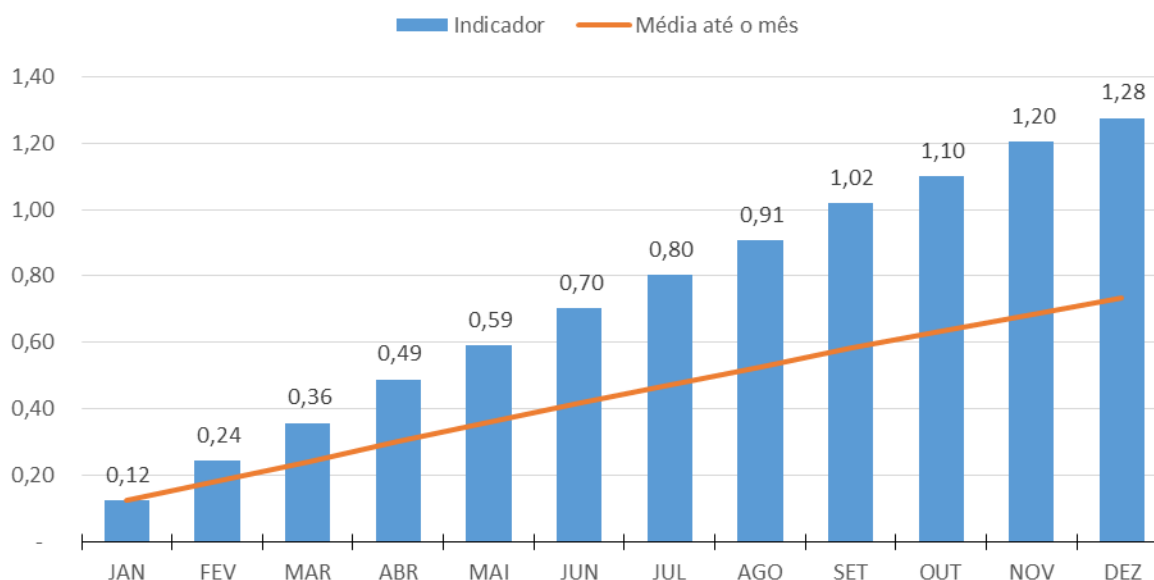
ADA17: Somatório das despesas administrativas do Plano ou Fundo acumuladas no ano com pessoal e encargos, serviços de terceiros, gerais e depreciações/amortizações específicas do programa administrativo.

DGT33: Despesa de Investimentos de Gestão Terceirizada

RGP23: Montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios no último dia do exercício

O indicador apresenta o monitoramento das despesas administrativas e sobre as despesas com a gestão terceirizada, na gestão dos recursos garantidores.

DAT 33



DAT 33

Base saldo final			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ADA 17	Desp ADM	R\$ mil	2.040	4.146	6.229	8.658	10.666	12.887	14.966	17.143	19.442	21.254	23.629	25.614
DGT 33	Desp. G. Terc	R\$ mil	207	391	567	793	984	1.184	1.412	1.635	1.860	2.093	2.302	2.516
RGP 23	Recursos Garant	R\$ mil	1.831.930	1.855.995	1.900.321	1.934.666	1.975.806	2.001.163	2.035.560	2.070.929	2.089.839	2.119.938	2.153.413	2.204.919
Indicador	Indicador		0,12	0,24	0,36	0,49	0,59	0,70	0,80	0,91	1,02	1,10	1,20	1,28
Média até o mês			0,12	0,18	0,24	0,30	0,36	0,42	0,47	0,53	0,58	0,63	0,69	0,73

V. CAP16 - Despesa Administrativa por Participante da Entidade

Objetivo: Mede o volume médio mensal da despesa administrativa por participante

Periodicidade: Mensal

Unidade: Moeda Corrente

Fórmula: $(TDA16 / (NTP16_AT + NTP16_AS))$

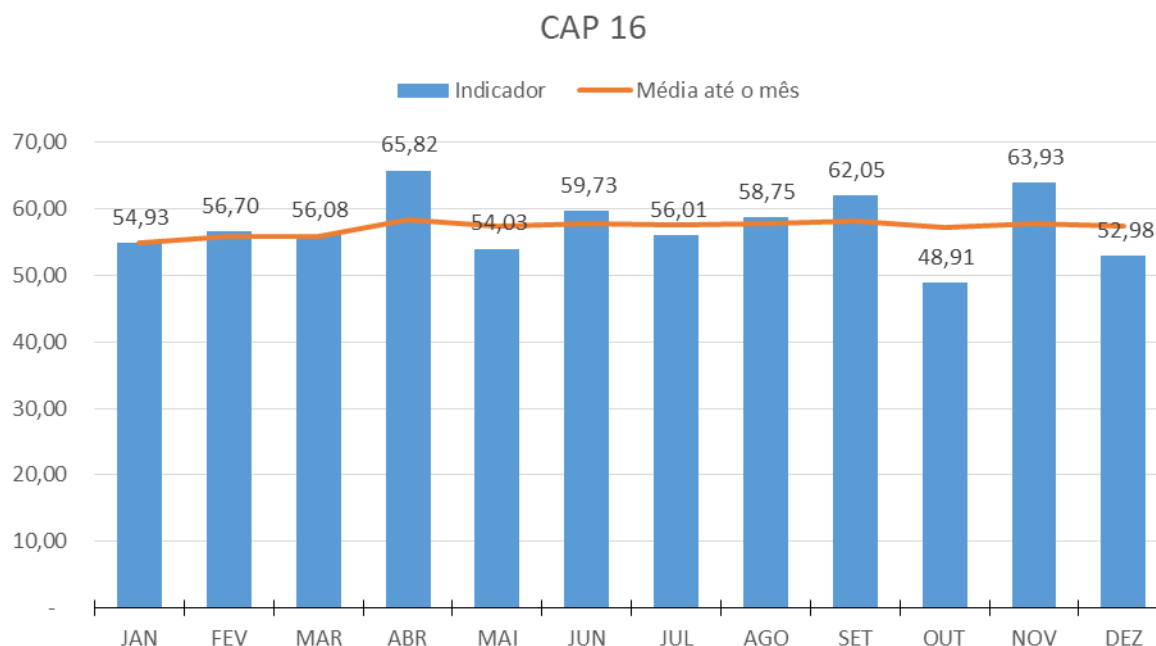
Dados Primários que Compõem a Fórmula

TDA16: Valor mensal das despesas administrativas da Entidade com pessoal e encargos, serviços de terceiros, gerais e depreciações/amortizações específicas do programa administrativo.

NTP16_AT: Quantidade total de participantes ativos do Plano e/ou Entidade existentes no último dia do período de apuração.

NTP16_AS: Quantidade total de participantes assistidos do Plano e/ou Entidade existentes no último dia do período da apuração.

O indicador demonstra variação das despesas incorridas per capita, dado que o número de participantes tem variado e há um significativo conjunto de despesas fixas administrativas, tais como aluguel, pessoal, serviços de terceiros, dentre outros, que são constantes até determinado patamar de incremento de novos participantes ("ganho de escala"). No exercício de 2021, a movimentação mensal não apresentou variações significativas.



CAP 16

Movimento			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
TDA 16	Desp ADM	R\$	2.039.621	2.106.806	2.082.617	2.428.889	2.008.296	2.220.325	2.079.670	2.176.953	2.298.974	1.812.043	2.374.613	1.984.721
NTP 16 AT	Partic	contagem	36.631	36.659	36.630	36.379	36.620	36.608	36.550	36.466	36.454	36.438	36.528	36.856
NTP 16 AS	Assist.	contagem	499	497	509	524	551	562	581	587	596	607	616	605
Indicador	Indicador		54,93	56,70	56,08	65,82	54,03	59,73	56,01	58,75	62,05	48,91	63,93	52,98
Média até o mês			54,93	55,82	55,90	58,38	57,51	57,88	57,61	57,76	58,23	57,30	57,90	57,49

VI. FAP21 - Fundo Administrativo em relação ao Patrimônio (Ativo)

Objetivo: Mede o percentual do Fundo Administrativo em relação ao Patrimônio (Ativo). -

Periodicidade: Mensal - Unidade: Percentual

Fórmula: $(FAD21 / PAT20) * 100$

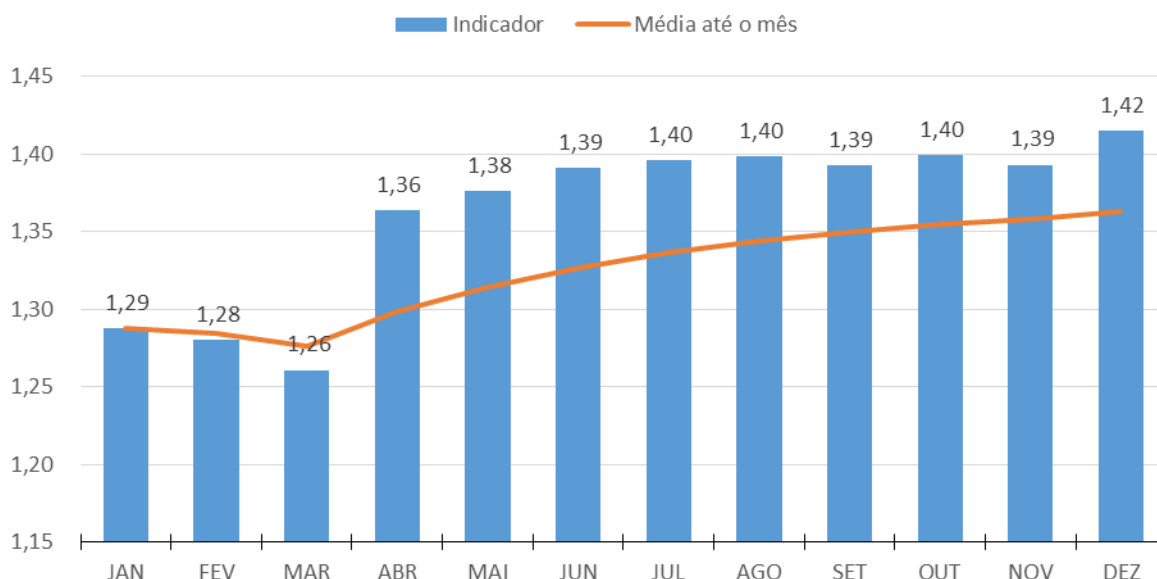
Dados Primários que Compõem a Fórmula

FAD21: Tem por finalidade garantir os gastos excedentes relativos à manutenção da estrutura administrativa do Fundo de Pensão.

PAT20: É o conjunto de bens e direitos acumulados pelo Fundo ou Plano.

Como tendência, quanto maior o percentual apurado, maior a margem de segurança do fundo para suprir suas despesas administrativas futuras. Neste caso, 2021 tem aumentado o indicador, para o patamar de 1,42. A meta sugerida é que o indicador seja maior que 1.

FAP 21



FAP 21

Base saldo final			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
FAD 21	Fundo ADM	R\$ mil	23.955	24.124	24.319	26.784	27.671	28.256	28.856	29.392	29.566	30.103	30.534	31.630
PAT 20	Patrim	R\$ mil	1.860.022	1.884.244	1.928.776	1.963.668	2.010.467	2.031.690	2.067.411	2.101.703	2.122.665	2.151.635	2.191.825	2.234.881
Indicador	Indicador		1,29	1,28	1,26	1,36	1,38	1,39	1,40	1,40	1,39	1,40	1,39	1,42
Média até o mês			1,29	1,28	1,28	1,30	1,31	1,33	1,34	1,34	1,35	1,35	1,36	1,36

VII. TCA26 - Limite da Taxa de Carregamento

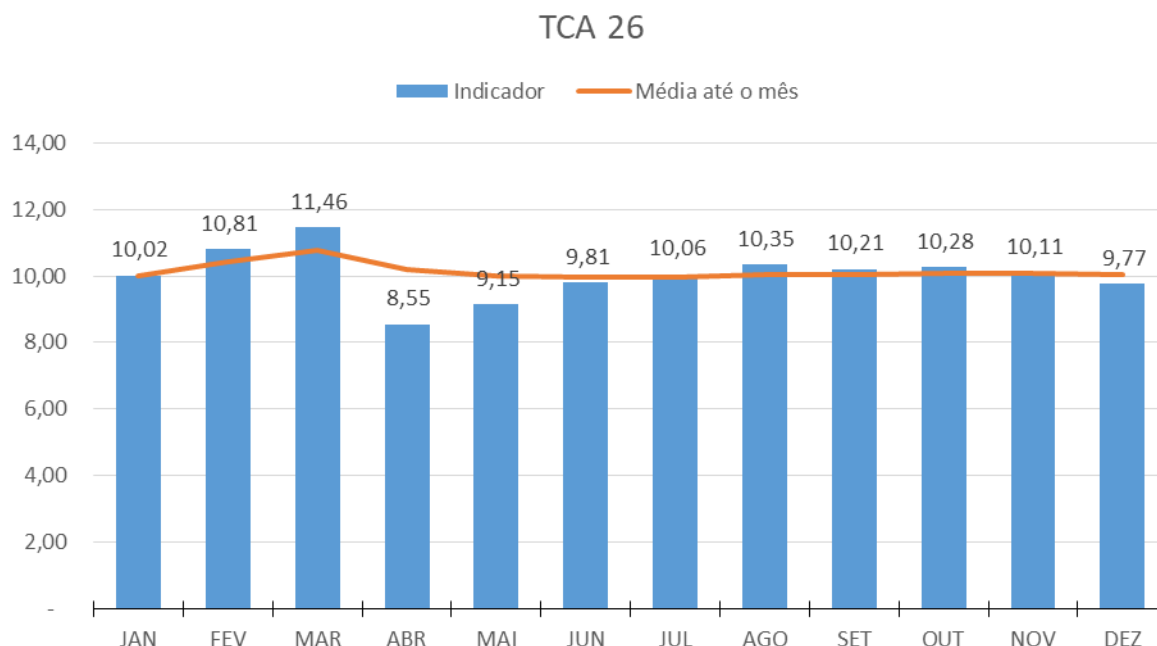
Objetivo: Mede o percentual dos recursos para cobertura das despesas administrativas da EFPC incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos Planos. - Periodicidade: Mensal - Unidade: Percentual

Fórmula: $(\text{RAP24} / \text{TRP17}) * 100$

Dados Primários que Compõem a Fórmula

RAP24: Total Acumulado das receitas administrativas previdenciais e de investimentos no período
TRP17: Somatório das contribuições normais, e recursos contratados da gestão previdencial, oriundas do (s) patrocinador (es) e participantes, que tenham incidência para o custeio administrativo e previstas na avaliação atuarial do Plano de benefícios

O limitador da taxa indica que o montante das receitas administrativas ainda oscila, no comparativo com o estabelecido pela Resolução CGPC nº 29/2009. A partir de 1º de janeiro de 2022 entrará em vigor a Resolução CNPC nº 48/2021, que dispõe sobre regras relativas às despesas administrativas das entidades fechadas de previdência complementar – EFPC, revogando a Resolução CGPC nº 29/2009. A meta proposta é que este percentual seja menor que 9%, conforme demonstrado no enquadramento e nas regras estabelecidas na Resolução CGPC nº 29 de 2009⁵, cujo percentual se manterá no dispositivo de monitoramento, para 2022.



TCA 26

Base saldo final			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
RAP 24	Rec ADM	R\$ mil	2.038	4.414	6.779	7.000	9.989	12.871	15.615	18.377	20.627	23.166	25.719	28.616
TRP 17	Contr+Benef	R\$ mil	20.335	40.832	59.151	81.893	109.204	131.172	155.210	177.542	202.029	225.260	254.281	292.837
Indicador	Indicador		10,02	10,81	11,46	8,55	9,15	9,81	10,06	10,35	10,21	10,28	10,11	9,77
Média até o mês			10,02	10,42	10,76	10,21	10,00	9,97	9,98	10,03	10,05	10,07	10,07	10,05

⁵ Art. 6º O limite anual de recursos destinados pelo conjunto dos planos de benefícios executados pela EFPC de que trata a Lei Complementar nº 108, de 2001, para o plano de gestão administrativa, observado o custeio pelo patrocinador, participantes e assistidos, é um entre os seguintes:

I – taxa de administração de até 1% (um por cento); ou
II – taxa de carregamento de até 9% (nove por cento).

VIII. CAP22 - Custeio Administrativo por participante

Objetivo: Mede o volume médio mensal do custeio administrativo por participante. -

Periodicidade: Mensal - Unidade: Moeda Corrente

Fórmula: $(VGP27 / (NTP16_AT + NTP16_AS))$

Dados Primários que Compõem a Fórmula

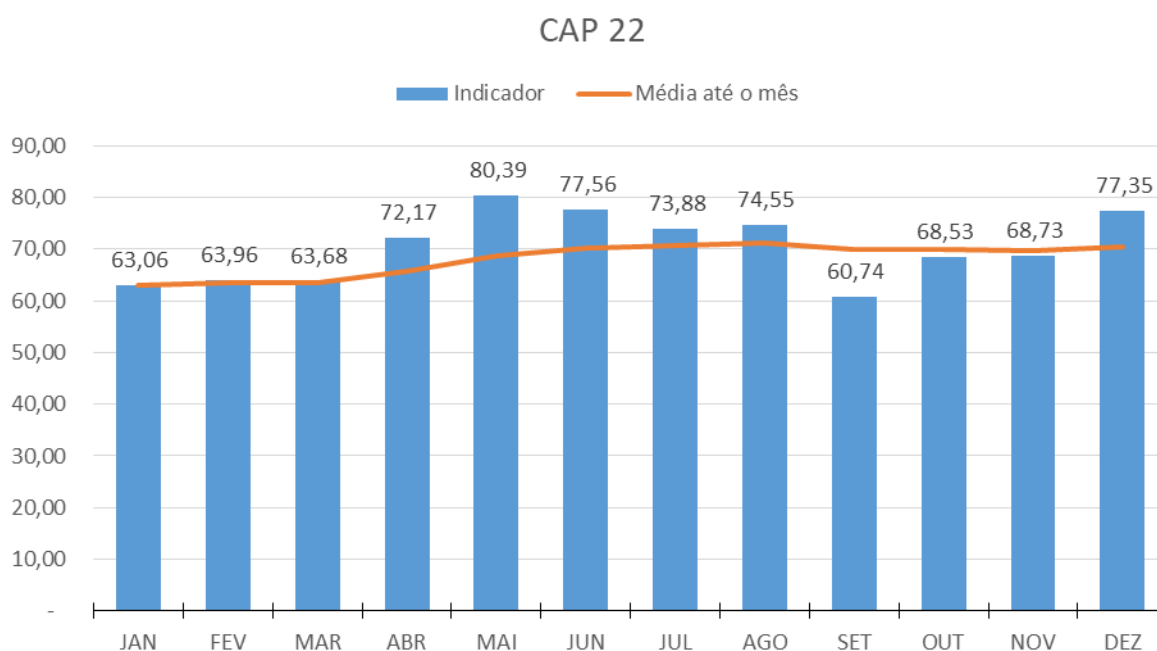
Sigla Descrição

VGP27: Custeio administrativo previdencial.

NTP16_AT: Quantidade total de participantes ativos do Plano e/ou Entidade existentes no último dia do período de apuração.

NTP16_AS: Quantidade total de participantes assistidos do Plano e/ou Entidade existentes no último dia do período da apuração.

Para o segundo semestre de 2021, os custeios apresentam pequeno crescimento. Mas se mantendo no patamar de R\$ 70,38 (média acumulado).



CAP 22

Base saldo final			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
TDA 22	Custeio ADM	R\$	2.341.603	2.376.468	2.364.963	2.663.179	2.988.279	2.882.785	2.743.282	2.762.412	2.250.252	2.538.558	2.552.900	2.897.669
NTP 16 AT	Partic	contagem	36.631	36.659	36.630	36.379	36.620	36.608	36.550	36.466	36.454	36.438	36.528	36.856
NTP 16 AS	Assist.	contagem	499	497	509	524	551	562	581	587	596	607	616	605
Indicador	Indicador		63,06	63,96	63,68	72,17	80,39	77,56	73,88	74,55	60,74	68,53	68,73	77,35
Média até o mês			63,06	63,51	63,57	65,72	68,65	70,14	70,67	71,16	70,00	69,85	69,75	70,38

4.3. Investimentos

4.3.1. Da execução orçamentária dos investimentos do Fundo Administrativo

A apuração do fluxo dos investimentos tem como objetivo demonstrar a rentabilidade obtida com as aplicações financeiras do Fundo Administrativo.

No segundo semestre, o orçamento previa evolução dos investimentos, no montante de R\$ 75.483,36 (setenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e três reais e trinta e seis centavos) e, o resultado do período foi de R\$ 632.497,22 (seiscentos e trinta e dois mil, quatrocentos e noventa e sete reais e vinte e dois centavos), que corresponde a 837,93% do montante orçado.

Conta Contábil	Descrição	Orçamento - 2º Semestre 2021		
		Orçado	Realizado	%
4.05	FLUXO DOS INVESTIMENTOS - PGA	75.483,36	632.497,22	837,93%

4.4. Manifestação e Recomendação do Conselho Fiscal

No tocante aos salários e encargos, firmação de contratos e publicação de seus atos e fatos, o Conselho recomenda que a Fundação observe os itens 1 a 4 do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 14.653, de 22 de dezembro de 2011, no tocante à sua natureza pública e o art. 6º da Resolução CGPC de nº 29 de 31 de agosto de 2009, quanto aos limites para cobertura das Despesas Administrativas.

Ressalvadas as incertezas que ainda permeiam a elaboração do Orçamento Anual das Despesas Administrativas - OADA da Fundação, somadas às iniciativas e adequação desta ao cenário econômico e político de instabilidade, o Conselho Fiscal julga satisfatório os atuais níveis de aderência da sua execução.

No entanto, apontamos que, novamente, as despesas realizadas no período foram significativamente inferiores ao orçado. Desta forma, recomendamos que a Entidade busque maior parcimônia na elaboração do orçamento, com base no histórico e no contexto previsto. É fato que é melhor um orçamento que não gere a necessidade de justificativas por ultrapassar as projeções, conforme opinião do Conselho Deliberativo, porém entendemos importante que a Fundação busque reduzir essas diferenças gradativamente, demonstrando assim o aperfeiçoamento do planejamento e gestão da Fundação.

Tendo em vista, inclusive, que a Entidade possui mais de cinco anos de histórico como base para a elaboração do orçamento, este Conselho reitera a recomendação que este seja elaborado inclusive tendo em consideração as seguintes rubricas, que apresentaram valores realizados significativos no período: portabilidade (entrada e saída), resgate, autopatrocinados, pagamentos de benefícios e fundo de risco.

Nos termos da manifestação da PREVCOM, datada de 07/12/2018, quanto ao atendimento dos limites estabelecidos pela Resolução CGPC nº 29/2009, este conselho entende que devem

ser computados nos referidos limites os valores recebidos da MONGERAL. Portanto, recomendamos que a Entidade avalie a necessidade de adequação das taxas de carregamento e patrimonial para a obediência aos limites estabelecidos na legislação e apresente um plano de contingência considerando que a PREVIC mantenha seu posicionamento, independente das justificativas ou apresentação de defesa da Fundação

O Conselho Fiscal, tendo em vista a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, recomenda que o Conselho Deliberativo indique metas e limites quanto aos indicadores de gestão, inclusive para melhor nortear a análise das evoluções dos indicadores. Recomendamos também que a Fundação apresente na medida do possível comparativos com outras entidades ou segmento relevante, em particular nos indicadores destacados no “Relatório das Despesas Administrativas das Entidades Fechadas de Previdência Complementar”⁶.

Corroborando com a necessidade de ajustes nas taxas cobradas, o indicador Limite da Taxa de Carregamento TCA 26-2021 obteve oscilações acima de 9% em 11 meses do ano de 2021. Portanto, recomendamos que a Entidade avalie a necessidade de adequação das taxas de carregamento e patrimonial para a obediência aos limites estabelecidos na legislação e apresente um plano de contingência considerando que a PREVIC mantenha seu posicionamento, independente das justificativas ou apresentação de defesa da Fundação.

⁶<https://www.gov.br/economia/pt-br/orgaos/entidades-vinculadas/autarquias/previc/centrais-de-conteudo/publicacoes/estudos/serie-de-estudos/10a-serie-de-estudos.pdf>

5 Investimentos em Imobilizado e Intangível

No segundo semestre de 2021 o Conselho prosseguiu a análise das despesas orçamentárias aos investimentos realizados para a aquisição do Imobilizado e Intangível da Fundação. No Intangível, não foram contempladas no orçamento a rubrica de “Gastos com a instituição de novos planos” e “ (-) Amortização - instituição de novos planos”.

O valor orçado para o segundo semestre de 2021 foi de R\$ 20.800,00 (vinte mil e oitocentos reais), totalizando R\$ 75.800,00 (setenta e cinco mil e oitocentos reais), durante o exercício. As aquisições do período, foram demonstradas no quadro abaixo.

Em 9 de novembro, foram adquiridos 2 (dois) notebooks NOTEBOOK ACER i7 10510U 8GB/SSD512 15,6 A515-54G- 79Q0, no valor total de R\$ 13.180,00.

Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo										
15.401.381/0001-98										
Orçamento										
Dez/2021										
Conta Contábil	Mensal			Acumulado Dt. de Ref.			Exercício			
	Orçado	Realizado	%	Orçado	Realizado	%	Orçado	Realizado	%	Saldo
1.03 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	20.800,00	-8.805,67	42,33	75.800,00	-90.272,89	119,0	75.800,00	-90.272,89	-119,09	166.072,89
1.03.01 - IMOBILIZADO	20.800,00	-8.155,69	39,21	75.800,00	-82.473,13	108,8	75.800,00	-82.473,13	-108,80	158.273,13
1.03.01.01 - OPERACIONAL CORPÓREO	20.800,00	-8.155,69	39,21	75.800,00	-82.473,13	108,8	75.800,00	-82.473,13	-108,80	158.273,13
1.03.01.01.01 - BENS MÓVEIS	20.800,00	-8.155,69	39,21	75.800,00	-82.473,13	108,8	75.800,00	-82.473,13	-108,80	158.273,13
1.03.01.01.01.01 - MÓVEIS E UTENSÍLIOS	0,00	-3.376,68	0,00	0,00	-40.520,16	0,00	0,00	-40.520,16	0,00	40.520,16
1.03.01.01.01.01.0227 - (-) Depreciação	0,00	-3.376,68	0,00	0,00	-40.520,16	0,00	0,00	-40.520,16	0,00	40.520,16
1.03.01.01.01.02 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	0,00	-302,25	0,00	0,00	-2.780,37	0,00	0,00	-2.780,37	0,00	2.780,37
1.03.01.01.01.02.0227 - (-) Depreciação	0,00	-302,25	0,00	0,00	-2.780,37	0,00	0,00	-2.780,37	0,00	2.780,37
1.03.01.01.01.03 - COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	20.800,00	-4.476,76	21,52	75.800,00	-39.172,60	51,68	75.800,00	-39.172,60	-51,68	114.972,60
1.03.01.01.01.03.0070 - Custo	20.800,00	0,00	0,00	75.800,00	17.156,00	22,63	75.800,00	17.156,00	22,63	58.644,00
1.03.01.01.01.03.0227 - (-) Depreciação	0,00	-4.476,76	0,00	0,00	-56.328,60	0,00	0,00	-56.328,60	0,00	56.328,60
1.03.02 - INTANGÍVEL	0,00	-649,98	0,00	0,00	-7.799,76	0,00	0,00	-7.799,76	0,00	7.799,76
1.03.02.01 - GASTOS COM IMPLANTAÇÃO,	0,00	-649,98	0,00	0,00	-7.799,76	0,00	0,00	-7.799,76	0,00	7.799,76
1.03.02.01.02 - SOFTWARE	0,00	-649,98	0,00	0,00	-7.799,76	0,00	0,00	-7.799,76	0,00	7.799,76
1.03.02.01.02.0226 - (-) Amortização	0,00	-649,98	0,00	0,00	-7.799,76	0,00	0,00	-7.799,76	0,00	7.799,76

5.1. Manifestação e Recomendação do Conselho Fiscal

Baseado nas demonstrações contábeis, financeiras e demais documentos disponibilizados pela PREVCOM, esse Conselho verificou que os valores realizados no primeiro semestre, em investimento em ativo permanente, no item computadores e periféricos, permaneceram inferiores aos valores orçados para o período, sendo que o realizado foi muito aquém dos valores imputados a conta de depreciação. Por deliberação da Diretoria Executiva, os equipamentos utilizados pelos empregados são locados, mediante um contrato firmado com a Vivo.

Com base nas verificações e análises dos controles internos da execução orçamentária, em atendimento ao artigo nº 19, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal manifesta-se no sentido de que o grau de detalhamento do orçamento quanto aos investimentos em ativo permanente apresenta-se adequado a atual fase operacional, ao porte e a complexidade da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - PREVCOM, permitindo o efetivo acompanhamento, por parte desse Conselho, da execução orçamentária.

Verificamos que, nos termos do art. 51 da lei 8.666, de 21 de junho de 1993, permanece instituída a Comissão Permanente de Licitação, conforme Portaria do Diretor Presidente nº 03/2019, de 15-5-2019, publicada no Diário Oficial do Estado em 21 de maio de 2019.

A Fundação deverá continuar observando as disposições da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, para aquisições que atendam às atividades meio.

6 Gestão de Risco e Controles Internos

A Resolução CGPC nº 13/2004, em seu artigo 12, dispõe que “todos os riscos que possam comprometer a realização dos objetivos da EFPC devem ser continuamente identificados, avaliados, controlados e monitorados”.

De maneira contínua o órgão de Gestão de Riscos e Mapeamento de Processos monitora o cumprimento das Obrigações Legais da Entidade, descritas no Calendário Abrapp, por meio da utilização do Sistema UNIO. No mesmo sistema, através do módulo de Gestão de Perdas Operacionais, monitora as perdas operacionais registradas pelas áreas, fazendo dessa forma uma gestão de riscos mais ativa, sugerindo planos de ação para evitar que novas ocorrências aconteçam.

No segundo semestre de 2021 foi dada continuidade ao trabalho de revisão dos fluxos e manuais de procedimentos de todos os processos da Prevcom, conduzidos com o suporte da Consultoria PFM.

Nas análises das matrizes de riscos originais, a avaliação de impacto e frequência captura a percepção dos colaboradores responsáveis pelos processos, a respeito dos riscos inerentes aos processos da PREVCOM, sem considerar a análise dos controles existentes, ao contrário da matriz de risco residual.



Descrição	Impacto	Frequência	Risco Original
Média Global 2019	34,46	45,70	40,08
Média Global 2021	35,86	41,55	38,70
Diferença	1,40	-4,15	-1,38

Ao compararmos a matriz de risco original de 2021 com o resultado da avaliação realizada em 2019, pode-se observar uma pequena redução de 1,38 pontos percentuais, em relação à avaliação anterior, não demonstrando, assim, alteração relevante de percepção quanto aos riscos inerentes da Entidade.

Na análise das matrizes de risco residual foi considerado os controles internos já realizados pela Entidade. Nota-se uma variação no valor do déficit de controle de 1,53 pontos percentuais, aproximadamente 4,9% de

redução, assim como uma redução no valor do risco residual de 1,02 pontos percentuais, redução de 8,16%, quando comparamos com os resultados do ciclo realizado em 2019.



Descrição	Risco Original	Déficit de Controle	Risco Residual
Média Global 2019	40,08	31,20	12,50
Média Global 2021	38,70	29,67	11,48
Diferença	-1,38	-1,53	-1,02

Ainda no segundo semestre de 2021, por determinação da Diretoria Executiva, foi contratada a Consultoria de Compliance ICTS Protiviti, responsável em auxiliar a Fundação a iniciar seu programa de Compliance. Em dezembro/2021 começamos os trabalhos realizando uma Pesquisa de Cultura de Compliance com todos empregados da Prevcom, e foi dado início também a uma Avaliação de Risco de Compliance. Os resultados desses dois trabalhos estão previstos para apresentação no mês de março de 2022, onde serão definidos os próximos passos de atuação para implantação do Programa de Compliance na Entidade.

6.1. Comentários e Recomendações do Conselho Fiscal

Com base nos trabalhos de Gestão de Risco realizados na Entidade, este Conselho Recomenda:

1. A continuidade da implantação efetiva da gestão de riscos e dos controles internos e que a Fundação sempre ofereça a autonomia e ferramentas necessárias para o desenvolvimento dos setores responsáveis.
2. Que a Fundação atenda à recomendação prevista no Parecer AEF nº 25/2018 e, ainda, dado o entendimento ali manifestado, que observe as normas vigentes para a contratação de pessoal, adoção de procedimentos licitatórios e observância do teto remuneratório constitucional.

3. Que o regulamento para contratação de pessoal da Fundação seja atualizado para refletir os preceitos e procedimentos indicados no REGULAMENTO SOBRE A POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO E PREVENÇÃO E COMBATE À FRAUDE, em particular os itens 31, 35 e “6.4 Sinais de alerta”.
4. Que a PREVCOM dê continuidade ao plano para o retorno normal das atividades ponderando a implantação do teletrabalho ou outras formas híbridas e a real demanda de espaço físico.
5. Que a PREVCOM busque aperfeiçoar processos e sistemas no geral e em especial aqueles que aprimorem o gerenciamento de riscos.

6.2. Manifestação do Conselho Fiscal

Em atendimento a Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal avaliou a documentação disponibilizada pela entidade para análise da aderência e eficácia dos controles internos, os quais julgou adequados ao porte, complexidade e riscos inerentes aos planos de benefícios por ela operados até a presente data.

7 Processos de Certificação

7.1. Conformidade aos processos de certificação, habilitação e qualificação da PREVCOM

A Instrução nº 6, de 29 de maio de 2017 revogou a Instrução PREVIC nº 28, de 12 de maio de 2016. Permanecem as Instruções nº 30, de 22 de junho de 2016 e nº 35, de 2 de dezembro de 2016. Todas estabelecem procedimentos para a certificação, habilitação e qualificação dos membros da diretoria-executiva, do conselho deliberativo, do conselho fiscal e dos demais profissionais de que trata a Resolução CNPC nº 19, de 30 de março de 2015, alterada pela Resolução CNPC nº 21, de 18 de junho de 2015. As resoluções dispõem que a EFPC deverá observar seu disposto quanto aos processos de certificação, habilitação e qualificação, pela qual são elencados requisitos mínimos para a posse no cargo de membro da Diretoria-Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo.

Conforme Art. 8º, o relatório de controles internos emitido pelo Conselho Fiscal deverá registrar a conformidade da EFPC em relação ao processo de certificação, habilitação e qualificação.

Na Fundação, a composição dos colegiados e diretoria permanece a seguinte, no segundo semestre de 2021:

CONSELHO DELIBERATIVO

Nome	Formação	Titular Suplente	Eleito/ Indicado	Prazo de mandato	Data da posse	Término mandato	Nº da Habilitação	Data emissão Habilitação	Validade Habilitação	Nº do Certificado	Data da Certificação	Vencimento Certificação
José Roberto de Moraes	Direito	Titular	Indicado	4 anos	12.04.18	12.04.22	2018.233	07.05.18	12.04.22	EA 03416	19.11.20	19.11.23
Fernando Zanelli	Direito	Suplente	Indicado	4 anos	12.04.18	12.04.22	2018.234	07.05.18	12.04.22	EA 03600	09.01.21	09.01.24
Roberto Figueiredo Guimarães	Ciências Econ.	Titular	Indicado	Complementar	28.01.21	12.04.22	2021.162	14.04.21	12.04.22	*		
Alfredo Sant'Anna Júnior	Economia	Suplente	Indicado	Complementar	18.04.19	12.04.22	2019.186	29.04.19	12.04.22	PA 07884	20.09.19	20.09.22
VAGO	-----	Titular	Eleito	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Ana Paula Garcia Romero	Administração	Suplente	Eleito	4 anos	04.04.18	04.04.22	2018.180	13.04.18	04.04.22	EA 07144	30.08.21	30.08.24
Cesar Silva	Administração	Titular	Eleito	4 anos	06.04.20	06.04.24	2020.177	16.04.20	06.04.24	PA 09132	30.04.21	30.04.24
Luiz Antonio Tozi	Eng. Naval	Suplente	Eleito	4 anos	06.04.20	06.04.24	2020.220	13.05.20	06.04.24	PA 09027	28.01.21	28.01.24
José Francisco Dutra da Silva	Filosofia, Letras	Titular	Eleito	4 anos	06.04.20	06.04.24	2020.181	16.04.20	06.04.24	CPA 20	16.07.21	16.07.24
Elaine Versignasi dos Santos	Administração	Suplente	Eleito	4 anos	06.04.20	06.04.24	2020.209	05.05.20	06.04.24	CPA 20	05.03.21	05.03.24
Mauro Ricardo Machado Costa	Administração	Titular	Indicado	Complementar	27.05.21	24.09.24	2021.275	22.05.21	24.09.24	*		
Márcio Abumussi Cury	Engenheiro	Suplente	Indicado	4 anos	24.09.20	24.09.24	2020.468	13.10.20	24.09.24	EA 06675	26.02.21	26.02.24

CONSELHO FISCAL

Nome	Formação	Titular Suplente	Eleito/ Indicado	Prazo de mandato	Data da posse	Término do mandato	Nº da Habilitação	Data emissão Habilitação	Validade da Habilitação	Nº do Certificado	Data da Certificação	Vencimento Certificação
Demetrius Queiros do Rêgo Barros	Administração	Titular	Eleito	4 anos	04.04.18	04.04.22	2018.183	13.04.18	04.04.22	EA 07181	17.09.21	17.09.24
Diego Cuman Jorge	Administração	Suplente	Eleito	4 anos	04.04.18	04.04.22	2018.225	13.04.18	04.04.22	PA 07511	18.03.19	18.03.22
Daniel de Souza Coelho	Economia	Titular	Eleito	4 anos	06.04.20	06.04.24	2020.176	16.04.20	06.04.24	PI 07485	01.03.19	06.04.22
Peter Greiner Júnior	Economia	Suplente	Eleito	4 anos	06.04.20	06.04.24	2020.174	16.04.20	06.04.24	PA 09131	28.04.21	28.04.24
Jaime Alves de Freitas	Contábeis/Direito	Titular	Indicado	4 anos	25.06.21	26.05.25	2021.373	14.06.21	27.05.21	EA 04869	15.05.19	15.05.22
David Polessi de Moraes	Economia	Suplente	Indicado	4 anos	26.08.21	26.05.25	2021.530	29.07.21	26.05.25	*		
Eliana Naccarati	Contábeis	Titular	Indicada	Complementar	10.12.19	12.04.22	2019.665	30.12.19	12.04.22	EA 08606	17.11.20	17.11.23
VAGO		SUPLENTE	Indicado									

*(Prazo de até 1 ano da data da posse para entrega da certificação)

DIRETORIA

Nome	Formação	Prazo de mandato	Data da posse	Término do mandato	Nº da Habilitação	Data emissão da Habilitação	Validade da Habilitação	Nº do Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Carlos Henrique Flory	Economia	4 anos	03.04.20	03.04.24	2021.465	08.07.21	04.04.24	EI 01764	07.06.21	07.06.24
Karina Damião Hirano	Direito	4 anos	03.04.20	03.04.24	2020.266	08.06.20	03.04.24	EA 03003	29.04.20	29.04.23
Karina Marçon Spechoto Leite	Direito	4 anos	05.08.20	05.08.24	2020.422	21.09.20	05.08.24	EA 02359	09.04.19	09.04.22
Flávia Nazaré de Souza Barletta	Administração/Economia	4 anos	01.07.20	01.07.24	2020.350	16.07.20	01.07.24	EI 03782	29.04.21	29.04.24
Patrícia Sales de Oliveira Costa	Comunicação Social	4 anos	03.04.20	03.04.24	2020.277	16.06.20	03.04.24	EA 02818	21.12.19	21.12.22

COMITÊS GESTORES

Plano de Benefícios RP	Formação	Patrocinador	Data da posse	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Ana Cláudia de Oliveira Lopes	Ciência da Computação	Tribunal de Justiça	25.06.15	EA 04792	25.05.19	25.05.22
Gilson Rosenfeld Roza	Ciências Contábeis	Tribunal de Justiça Militar	25.06.15	EA 05795	23.02.20	23.02.23
Cibeli Moretti de Oliveira	Jornalista/Produtora Cultural	Assembleia Legislativa	25.05.21	*		
Marcos Hayazaki	Engenharia	Ministério Público	22.10.15	EA 04780	23.05.19	23.05.22
Ricardo Amorim Leite	Direito	Defensoria Pública	28.07.16	EA 04544	07.04.19	07.04.22
Silvia Mara Correia	Direito	Secretaria da Fazenda	25.06.15	EA 04860	11.06.19	11.06.22

*(Prazo de até 1 ano da data da posse para entrega da certificação)

Plano de Benefícios RG	Formação	Patrocinador	Data da posse	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Caio Augusto de Oliveira Casella	Economia	Secretaria da Fazenda	25.06.15	PA 07842	23.08.19	23.08.22
Dalton Abranches Safi	Direito	Tribunal de Justiça Militar	25.06.15	EA 05697	17.01.20	17.01.23
Karina Leite do Carmo Conceição	Direito/Adm/Gestão Empres	Assembleia Legislativa	25.05.21	*		
Lia Maris Conde Pesce Rodrigues	Pedagogia	Tribunal de Justiça	04.04.18	EA 07311	15.12.21	15.12.24
Rogério Schatt Pereira	Direito	Ministério Público	04.04.18	PA 07484	28.02.19	28.02.22
Ricardo Amorim Leite	Direito	Defensoria Pública	25.06.15	EA 04544	07.04.19	07.04.22

*(Prazo de até 1 ano da data da posse para entrega da certificação)

Plano de Benefícios RG UNIS	Formação	Patrocinador	Data da posse	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Alberto Teixeira Protti	Economia	USP	21.11.2019	EA 08621	21.11.20	21.11.23
Fábio Luiz Engler Graner	Administração	UNESP	25.06.15	EI 04347	14.02.19	14.02.22
Marisa Masumi Beppu	Engenharia Química	UNICAMP	25.05.17	EA 06890	11.06.21	11.06.24

Plano de Benefícios PREVCOM RO	Formação	Patrocinador	Data da posse	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Maria Rejane Sampaio dos Santos Vieira	Direito	Governo do Estado Rondônia	31.07.2019	CPA 10 ANBIMA	26.02.2019	26.02.2022
Adailton Silva Lima	Ciências Contábeis	Governo do Estado Rondônia	31.07.2019	CPA 20 ANBIMA	26.07.2019	26.07.2022
Raiclin Lima da Silva	Economia	Governo do Estado Rondonia	31.07.2019	CPA 10 ANBIMA CPA 20 ANBIMA	02.03.2016 28.06.2019	28.06.2022 28.06.2022

Plano de benefícios PREVCOM MULTI	Formação	Mandato	Data da posse	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Paulo Rogério Gonçalves da Silva Santa Fé do Sul	Administração e Direito	2 anos	10.02.2021	*		
Maria Regina Ricardo Ribeirão Preto	Contábeis e Direito	2 anos	28.01.2021	CPA 20 ANBIMA	30.07.21	30.07.24
Adam Akihiro Kubo Guarulhos	Administração e Direito	2 anos	22.10.2020	*		

*(Prazo de até 1 ano da data da posse para entrega da certificação)

Plano de benefícios PREVCOM MS	Formação	Mandato	Data da posse	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Andréa Campagna Martins Silveira	Direito		27.05.21	*		
Gustavo Henri Couto	Direito/Cont/Econ		27.05.21	CPA 10 ANBIMA CPA 20 ANBIMA	07.10.20 21.12.21	07.10.23 21.12.24
Renata Raule Machado	Direito		27.05.21	*		

*(Prazo de até 1 ano da data da posse para entrega da certificação)

Plano de Benefícios SP Previdência	Formação	Patrocinador	Data da posse	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Roberto Augusto Baviera (Presidente)		Prefeitura da Cidade de SP	08.09.2020	CPA 10 ANBIMA	26.02.19	26.02.2022
Agnaldo dos Santos Galvão		Prefeitura da Cidade de SP	08.09.2020	*		
Carlos Eduardo Schad		Prefeitura da Cidade de SP	08.09.2020	*		
Celso Gabriel		Prefeitura da Cidade de SP	08.09.2020	*		
Luis Guilherme Ribeiro do Valle Damiani		Prefeitura da Cidade de SP	08.09.2020	*		
Monalisa Pisani		Prefeitura da Cidade de SP	08.09.2020	*		
Tania Cristina de Oliveira		Prefeitura da Cidade de SP	08.09.2020	*		
Viriato Antônio Gonçalves Trancoso		Prefeitura da Cidade de SP	08.09.2020	*		

*(Prazo de até 1 ano da data da posse para entrega da certificação e prorrogado por até 120 dias conforme ata nº 115 do CD de 23/09/21)

Plano de Benefícios PREVCOM MT	Formação	Mandato	Data da posse	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Alisson Carvalho de Alencar	Direito/Mestrado		08.07.2021	*		
Érico Pereira de Almeida	Ciências Militares		08.07.2021	*		
Epaminondas Antonio de Castro	Ciências Contábeis		08.07.2021	*		

*(Prazo de até 1 ano da data da posse para entrega da certificação)

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Nome	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Paulo Roberto da Rosa	EI 07640	04.06.2019	04.06.2022
Aline Camargo Karrasch	CPA 20 (ANBIMA)	21.01.2019	21.01.2022
Bruna Basso Zapela	CPA 20 (ANBIMA)	20.07.2021	20.07.2024

*(Prazo de até 1 ano da data da posse para entrega da certificação)

DIVERSOS

Nome	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Fabiana Cristina Ishikawa Raniero	EA 08069	20.01.2020	20.01.2023
Lylian Fernandes Duarte	EA 06040	02.06.2020	02.06.2023
Sandra Regina Bidin Pavan Fermiano	EA 02649	09.10.2019	09.10.2022

7.2. Manifestação do Conselho Fiscal

Embora alguns membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal ainda não possuam certificação, encontram-se dentro do prazo para esta providência, contado da data da posse, conforme estabelece o § 1º do artigo 5º da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar de nº 19 de março de 2015, alterada pela Resolução CNPC nº 21, de 18 de junho de 2015.

Dos membros que integram o Conselho Deliberativo, num total de 12 – (doze) entre titulares e suplentes, há 01 (um) cargo vago, e ainda, 02 – (dois) com prazo de um ano para certificação.

Dos membros que integram o Conselho Fiscal, num total de 08 – (oito) entre titulares e suplentes, há 01 – (um) cargo vago, e ainda, 01 – (um) com prazo de um ano para certificação.

Quanto aos membros do Comitê de Investimentos e Comitê Gestores, embora a exigência de certificação não esteja contemplada pela Resolução 19/2015, existe a necessidade de obtenção por decisão da PREVCOM. Dentre seus integrantes há 16 – (dezesesseis) casos providenciando certificação.

Ressaltamos que embora conste que alguns membros contam com prazo de um ano para certificação, o prazo para apresentação e obtenção da certificação foi prorrogado por noventa dias após o término da vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, conforme Instrução Normativa nº 28, de 19 de maio de 2020, da PREVIC e no caso do Plano SP Previdência, por decisão do CD (ata nº 115 DE 23/09/21), foi concedido a prorrogação por 120 do prazo para certificação.

8 Acompanhamento dos Apontamentos do Relatório Anterior (1º Semestre/2021)

1. Recomendação: O Conselho Fiscal solicita que a PREVCOM esclareça as divergências encontradas nas informações obtidas para emissão deste relatório com as divulgadas na Lâmina Mensal do Relatório de Investimentos quanto as metas e rendimentos dos fundos.

Resposta da Administração: O sistema que está em implementação na área de investimentos da PREVCOM apura o resultado das carteiras dos planos de benefícios levando em conta a rentabilidade bruta dos planos sem considerar a provisão do IOF. Além disso, o benchmark acumulado da PREVCOM era IPCA+5% a.a. até maio de 2020 e a partir de junho de 2020 IPCA+4%. Com isso, corrigimos esta divergência e a partir de janeiro já podemos observar no acumulado o índice chamado ALVO PREVCOM.

2. Recomendação (feita também no Relatório 2º Sem/2020): O Conselho Fiscal recomenda que o Conselho Deliberativo estude a viabilidade de, na política de investimentos específica para os planos novos, constar cláusula de disposições transitórias que indique que, enquanto o patrimônio seja menor que um limite a ser definido pela PREVCOM, os investimentos serão exclusivamente em Renda Fixa e que a aplicação nos demais seguimentos serão condicionadas a um limite de aplicação mínima a ser definida pelo comitê de investimentos. Assim procedendo, haveria mais transparência e melhor alinhamento do participante quanto a rentabilidade do plano em relação aos demais.

Resposta da Administração: Levamos em conta a recomendação do CF. O ALM calculado pela consultoria recomendou incluir uma nova classe de ativos: investimento no exterior. Esta alteração requer aprovação do Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo e será levada a tais instâncias quando da revisão das Políticas de Investimentos.

3. Recomendação: O Conselho Fiscal recomenda que a PREVCOM sempre busque avaliar e comparar a qualidade de gestão e performance da rentabilidade de outros fundos de previdência similares e indicadores do setor, como os produzidos pela ABRAPP considerando que essas informações podem indicar possíveis melhorias operacionais. Além disso, as “Informações Adicionais de Risco” deveriam ser complementadas por indicadores de mercado específicos dos segmentos de investimento e dos indicadores por segmento de investimento da carteira e os “Controle de liquidez” deveriam explicitar as metas e limites que nortearam a política de investimentos.

Resposta da Administração: O controle de liquidez dos produtos investidos é realizado pela consultoria de investimentos e apresentado à Diretoria Executiva, e está à disposição do Conselho. Atualmente há o ranking de fundos nos relatórios de FUNDOS de investimentos enviados pela consultoria de investimentos também à disposição. A Prevcom realiza comparativo de rentabilidade dos últimos 12 meses acumulado dos fundos de pensão de servidores públicos:

Balanco da Rentabilidade Consolidada das EFPC - Período Janeiro a Dezembro de 2021		Acumulado em 12 meses
Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (Prevcom)		9,31%
Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe)		4,46%
Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud)		
Plano de Gestão Administrativa - PGA		4,28%
Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud)		
Plano de Benefícios		3,42%
PrevBahia PB Civil		4,42%
PrevNordeste-Sergipe		4,20%
PrevNordeste-Piauí		3,99%

Fundação de Previdência Complementar do Estado do Rio de Janeiro RJPrev	3,62%
Fundação de Previdência Complementar do Estado de Santa Catarina – SCPREV	3,73%
Fundação de Previdência Complementar do Brasil Central – Prevcom-BrC / Plano Goiás Seguro (Participantes)	0,70%
Fundação de Previdência Complementar do Brasil Central – Prevcom-BrC/Plano de Gestão Administrativa (PGA) - Subvenções	3,97%
Fundação de Previdência Complementar dos Servidores do Distrito Federal (DF-PREVICOM)	(-0,18%)

4. Recomendação: O Conselho Fiscal recomenda que a diretoria executiva encaminhe para aprovação do Conselho Deliberativo revisão dos limites por classe de ativos das Políticas de Investimento para dar ao Comitê de Investimentos mais opções para buscar a meta de rentabilidade e minimizar a ocorrência de desenquadramentos passivos.

Resposta da Administração: Os pontos mencionados pelo CF a respeito das políticas de investimentos são considerados no momento da revisão anual e levada para aprovação do Conselho Deliberativo.

5. Recomendação: O Conselho ratifica a importância de que a Entidade busque prover o quantitativo de funcionários adequado e o desenvolvimento de sistemas/controles que possibilite efetivamente "definir claramente a separação de responsabilidades e objetivos associados aos mandatos de todos os agentes que participem do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos dos planos da entidade, inclusive com a definição das alçadas de decisão de cada instância", como previsto na Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018.

Resposta da Administração: Tema promovido com recorrência pela DE junto ao CD e ao Patrocinador.

Acompanhamento da Execução Orçamentária

6. Recomendação (feita também nos Relatórios do 2º Sem/2017, 1º e 2º Sem/2018, 1º e 2º Sem/2019, 1º e 2º Sem/2020): No tocante aos salários e encargos, firmação de contratos e publicação de seus atos e fatos, o Conselho recomenda que a Fundação observe os itens 1 a 4 do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 14.653, de 22 de dezembro de 2011, no tocante à sua natureza pública e o art. 6º da Resolução CGPC de nº 29 de 31 de agosto de 2009, quanto aos limites para cobertura das Despesas Administrativas.

Resposta da Administração: A PREVCOM segue a legislação em seus contratos e processos licitatórios nas contratações referentes à atividade meio, assim como obedece às regras aprovadas pelo Conselho Deliberativo para contratações na atividade fim, conforme previsto na Lei 14.653/11. Lembramos que o conceito de "natureza pública" das EFPC que gerem previdência complementar de servidores público caiu por terra com a EC 103/19 e que o mesmo entendimento deve ser mantido na esfera estadual, respeitando a hierarquia da Constituição Federal frente à legislação estadual. Quanto à realização de concurso público, a Fundação, por solicitação do Conselho Deliberativo, encaminhou ao Patrocinador o Estudo de Revisão da Estrutura Organizacional realizada pela FGV – Fundação Getúlio Vargas para análise. A Diretoria Executiva depende de ações do Patrocinador e do Conselho Deliberativo para dar andamento nessa questão. Por fim, diante da revogação da Resolução CGPC de nº 29 de 31 de agosto de 2009, a PREVCOM está procedendo a adequação aos limites para cobertura das despesas administrativas de acordo com legislação vigente. Ressaltamos que a PREVCOM publica em Diário Oficial os demonstrativos contábeis, financeiros e de benefícios. Durante o exercício de 2021, a Resolução CGPC Nº29/2009 foi revogada, pela Resolução CNPC Nº48/2021, de 8 de dezembro de 2021. A PREVCOM está acompanhando a PREVCOM. Encaminhou Ofício, acerca do desenquadramento dos limites de custeio administrativo da fundação, conforme previsto no artigo 6º da Resolução CGPC nº 29/2009. A PREVCOM encaminhou resposta à Superintendência, com as devidas justificativas. A PREVCOM contestou o parecer, ratificando o entendimento da Superintendência. A PREVCOM, com a orientação da consultoria externa preparou o segundo parecer, para atender à solicitação. A resposta ao ofício nº 66/2021/ERSP/DIFIS/PREVCOM, recebido pela Fundação em 16/08/2021

– Processo nº 44011.001008/2019-77, relativo ao Limite para cobertura das despesas administrativas, a PREVIC solicita estudo minucioso que demonstre a necessidade de ampliação do prazo para o enquadramento da entidade PREVCOM as regras estabelecidas na Resolução CGPC nº 29 de 2009. A resposta ao último ofício foi encaminhada em 14 de setembro de 2021 e não houve retorno, da Superintendência. A Fundação monitorará os índices com base apresentados no estudo de viabilidade/parecer, reportando-os ao Conselho Fiscal. O documento não considera o crescimento patrimonial da entidade por meio de seu plano de expansão com os novos entes federativos, realizando uma projeção mais conservadora. Havendo divergências entre as projeções e a efetiva realização a Fundação fará as adequações necessárias no respectivo trabalho, fornecendo as devidas explicações nos relatórios técnicos a serem encaminhados ao Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal, como órgão de controle, deverá acompanhar esses indicadores e informar no relatório semestral os resultados auferidos do enquadramento ou os devidos ajustes, se forem necessários.

7. Recomendação (feita também nos Relatórios 2º Sem/2018, 1º e 2º Sem/2019, 1º e 2º Sem/2020):

Ressalvadas as incertezas que ainda permeiam a elaboração do Orçamento Anual das Despesas Administrativas - OADA da Fundação, somadas às iniciativas e adequação desta ao cenário econômico e político de instabilidade, o Conselho Fiscal julga satisfatório os atuais níveis de aderência da sua execução. No entanto, apontamos que, novamente, as despesas realizadas no período foram significativamente inferiores ao orçado. Desta forma, recomendamos que a Entidade busque maior parcimônia na elaboração do orçamento, com base no histórico e no contexto previsto. É fato que é melhor um orçamento que não gere a necessidade de justificativas por ultrapassar as projeções, conforme opinião do Conselho Deliberativo, porém entendemos importante que a Fundação busque reduzir essas diferenças gradativamente, demonstrando assim o aperfeiçoamento do planejamento e gestão da Fundação.

Resposta da Administração: A consultoria contratada pela PREVCOM ofereceu uma ferramenta para realizar as projeções na confecção do ORÇAMENTO 2022. A aprovação do orçamento, ocorreu em outubro/2021. Foram apresentadas metodologias, critérios de rateio, indicadores de gestão, de acordo com o que consta nos dispositivos legais, que tratam do tema, específico. Também foram apresentadas justificativas, acerca da não projeção para ingresso de novos entes, considerando uma realidade mais conservadora. E ainda, o argumento de que, no entendimento da PREVIC, orçamento não é peça definitiva. Durante o exercício, as projeções poderão ser ajustadas, para contemplar as expectativas da Fundação.

8. Recomendação (feita também nos Relatórios 2º Sem/2018, 1º e 2º Sem/2019, 1º e 2º Sem/2020):

Tendo em vista, inclusive, que a Entidade possui mais de cinco anos de histórico como base para a elaboração do orçamento, este Conselho reitera a recomendação que este seja elaborado inclusive tendo em consideração as seguintes rubricas, que apresentaram valores realizados significativos no período: portabilidade (entrada e saída), resgate, autopatrocinados, contribuição facultativa, pagamentos de benefícios e fundo de risco.

Resposta da Administração: A consultoria contratada pela PREVCOM ofereceu uma ferramenta para realizar as projeções na confecção do ORÇAMENTO 2022. Foram apresentadas metodologias, critérios de rateio, indicadores de gestão, e detalhamento considerando as rubricas destacadas acima, pelo colegiado.

9. Recomendação (Assunto discutido nas edições anteriores): Nos termos da manifestação da PREVIC, datada de 07/12/2018, quanto ao atendimento dos limites estabelecidos pela Resolução CGPC nº 29/2009, este conselho entende que devem ser computados nos referidos limites os valores recebidos da MONGERAL. Corroborando com a necessidade de ajustes nas taxas cobradas, o indicador Limite da Taxa de Carregamento TCA 26-2021 obteve oscilações acima de 9% em cinco meses do semestre. Portanto, recomendamos que a Entidade avalie a necessidade de adequação das taxas de carregamento e patrimonial para a obediência aos limites estabelecidos na legislação e apresente um plano de contingência considerando

que a PREVCOM mantenha seu posicionamento, independente das justificativas ou apresentação de defesa da Fundação.

Resposta da Administração: A PREVCOM recebeu o parecer técnico, da consultoria contratada para este projeto. O material foi encaminhado à PREVCOM, em resposta ao Ofício recebido acerca do desenquadramento dos limites de custeio administrativo da entidade PREVCOM, conforme previsto no artigo 6º da Resolução CGPC nº 29/2009. Foram apresentadas as devidas justificativas. A PREVCOM contestou o parecer, ratificando o entendimento da Superintendência e a consultoria preparou o segundo parecer, para atender à solicitação. A resposta ao ofício nº 66/2021/ERSP/DIFIS/PREVCOM, recebido pela Fundação em 16/08/2021 – Processo nº 44011.001008/2019-77, relativo ao Limite para cobertura das despesas administrativas, a PREVCOM solicita estudo minucioso que demonstre a necessidade de ampliação do prazo para o enquadramento da entidade PREVCOM as regras estabelecidas na Resolução CGPC nº 29 de 2009. A resposta ao último ofício foi encaminhada em 14 de setembro de 2021 e não houve retorno, da Superintendência. Durante o exercício de 2021, a Resolução CGPC Nº29/2009 foi revogada, pela Resolução CNPC Nº48/2021, de 8 de dezembro de 2021.

10. Recomendação: O Conselho Fiscal, tendo em vista a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, recomenda que o Conselho Deliberativo indique metas e limites quanto aos indicadores de gestão, inclusive para melhor nortear a análise das evoluções dos indicadores. Recomendamos também que a Fundação apresente os indicadores em série histórica anual e busque, na medida do possível apresentar comparativos com outras entidades ou segmento relevante, em particular nos indicadores destacados no “Relatório das Despesas Administrativas das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Resposta da Administração: Durante o exercício de 2021, a Resolução CGPC Nº29/2009 foi revogada, pela Resolução CNPC Nº48/2021, cujo dispositivo apresenta os indicadores de gestão:

Art. 9º Os indicadores de gestão para acompanhamento e controle devem evidenciar, no mínimo:

- I - a taxa de administração e a taxa de carregamento;
- II - as despesas administrativas em relação:
 - a) ao total de participantes;
 - b) aos recursos garantidores dos planos de benefícios de caráter previdenciário administrados;
 - c) ao ativo total; e
 - d) às receitas administrativas.
- III - as despesas de pessoal; e (pendente)
- IV - a evolução do fundo administrativo.

A consultoria contratada pela PREVCOM, preparou e apresentou o ORÇAMENTO para 2022, ao Conselho Deliberativo. A aprovação das contas orçamentárias e dos indicadores de gestão, ocorreu na 116ª reunião ordinária, em 28 de outubro de 21. Há a necessidade de inclusão de um item, apenas.

11. Recomendação (feita também nos Relatórios do 2º Sem/2017, 1º e 2º Sem/2018, 1º e 2º Sem/2019, 1º e 2º Sem/2020): A continuidade da implantação efetiva da gestão de riscos e dos controles internos e que a Fundação sempre ofereça a autonomia e ferramentas necessárias para o desenvolvimento dos setores responsáveis.

Resposta da Administração: O órgão de gestão de riscos e controles internos possui autonomia e o total apoio da alta administração (Diretoria, Conselhos e COAUD), desta forma, os trabalhos da área vem se intensificando com o suporte da consultoria especializada de risco operacional e controles internos.

12. Recomendação (feita também nos Relatórios do 1º e 2º Sem/2018, 1º e 2º Sem/2019, 1º e 2º Sem/2020): Que a Fundação atenda à recomendação prevista no Parecer AEF nº 25/2018 e, ainda, dado o entendimento ali manifestado, que observe as regras constitucionais para a contratação de pessoal, adoção de procedimentos licitatórios e observância do teto remuneratório constitucional.

Resposta da Administração: A Prevcom segue a legislação em seus contratos e processos licitatórios na atividade meio;

Sobre a realização do concurso público, a fundação, por solicitação do Conselho Deliberativo, encaminhou ao Patrocinador o Estudo de Revisão da Estrutura Organizacional realizada pela FGV – Fundação Getúlio Vargas para análise.

O art. 11 da Lei nº 14.653/2011, da mesma forma que o inciso XII do art. 27 de seu Estatuto Social, dispõe que compete ao Conselho Deliberativo da Entidade fixar a remuneração e as vantagens de qualquer natureza recebidas pela Diretoria Executiva. Assim, o Conselho Deliberativo da SP-PREVCOM aprovou o reajuste de 4% sobre a remuneração dos membros da Diretoria Executiva, conforme Ata da 66ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, de 28/09/2017. Como é de conhecimento deste Colegiado, a Prevcom não integra o Orçamento Estadual, bem como as despesas de Pessoal do Poder Executivo do Estado de São Paulo para efeito da Lei Complementar nº 101/2000 “Lei de Responsabilidade Fiscal”. Não obstante, o ato concessivo de reajuste salarial supracitado foi devidamente convalidado pelo Secretário da Fazenda e Planejamento, Presidente da Comissão de Política Salarial.

13. Recomendação (feita também nos Relatórios 1º e 2º Sem/2020): Que o regulamento para contratação de pessoal da Fundação seja atualizado para refletir os preceitos e procedimentos indicados no REGULAMENTO SOBRE A POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO E PREVENÇÃO E COMBATE À FRAUDE, em particular os itens 31, 35 e “6.4 Sinais de alerta”.

Resposta da Administração: A Prevcom analisou os itens mencionados na Política Anticorrupção e Prevenção e Combate à Fraude e verificou que não se trata de temas relacionados à contratação de pessoal. Para os prestadores de serviços com terceiros, a Prevcom possui cláusulas específicas que tratam desse tema em todos os contratos.

14. Recomendação: Que a PREVCOM dê continuidade ao plano para o retorno normal das atividades ponderando a implantação do teletrabalho ou outras formas híbridas e a real demanda de espaço físico.

Resposta da Administração: A PREVCOM retomou o trabalho de forma híbrida, estabeleceu novos contratos de trabalho com os funcionários e readequou o espaço físico.

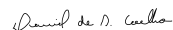
15. Recomendação (feita também nos Relatórios 1º e 2º Sem/2020): Que a PREVCOM busque aperfeiçoar processos e sistemas no geral e em especial aqueles que aprimorem o gerenciamento de riscos.

Resposta da Administração: A Entidade está trabalhando no aperfeiçoamento da gestão de seus processos desde 2018, desenvolvendo o trabalho de elaboração e divulgação dos fluxos e manuais dos procedimentos operacionais das áreas, favorecendo os trabalhos individuais e entre as áreas. Para manter estes fluxos atualizados, sua revisão é feita sempre que ocorre alguma mudança significativa para o processo. Além disso, para gerenciar os riscos, a Entidade realiza de forma contínua, os ciclos de avaliação de riscos, cujo resultado permite à Fundação compreender os pontos críticos de seus processos e implantar planos de ação para mitigar os riscos que apresentam deficiência de controle. A cada realização de um novo ciclo, a Entidade busca aprimorar seus critérios de avaliação e mensuração. Por fim, a Prevcom busca investir constantemente em tecnologia para aperfeiçoar seus processos e aumentar a capacidade produtiva das áreas, diminuindo eventuais falhas humanas.

Membros Conselho Fiscal


Demetrius Queiroz do Rêgo Barros (Apr 13, 2022 16:58 ADT)

Demetrius Queiroz do Rêgo Barros
Conselheiro Presidente



Daniel de Souza Coelho
Conselheiro


Eliana Naccarati (Apr 13, 2022 17:18 ADT)

Eliana Naccarati
Conselheira


Jaime A. de Freitas (Apr 13, 2022 17:32 ADT)

Jaime Alves de Freitas
Conselheiro

Anexos⁷

- I. Políticas de Investimentos;
- II. Enquadramento das Aplicações
- III. Lâmina Investimentos sob administração Prevcom
- IV. Relatório de despesas Intrag
- V. Relatório de Reservas Matemáticas dos Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS;
- VI. Fluxo de Caixa;
- VII. Balancetes - Evolução Mensal Consolidado e dos Planos – Movimento e Saldo Final; IX – Relatórios Gerenciais.

⁷ Documentos elaborados e fornecidos pela administração da Entidade

2021-2º sem-RCI-ver-CF(11-04-22)

Final Audit Report

2022-04-13

Created:	2022-04-13
By:	Daniel COELHO (danielsc@usp.br)
Status:	Signed
Transaction ID:	CBJCHBCAABAA_8dGUNPz-qZMjOEj8RMVndI4tGJRmDhQ

"2021-2º sem-RCI-ver-CF(11-04-22)" History

-  Document created by Daniel COELHO (danielsc@usp.br)
2022-04-13 - 7:38:00 PM GMT- IP address: 143.107.11.20
-  Document emailed to Demetrius Queiroz do Rego Barros (demetrius17@gmail.com) for signature
2022-04-13 - 7:39:52 PM GMT
-  Email viewed by Demetrius Queiroz do Rego Barros (demetrius17@gmail.com)
2022-04-13 - 7:50:13 PM GMT- IP address: 74.125.210.63
-  Document e-signed by Demetrius Queiroz do Rego Barros (demetrius17@gmail.com)
Signature Date: 2022-04-13 - 7:58:59 PM GMT - Time Source: server- IP address: 189.40.88.73
-  Document emailed to Eliana Naccarati (elinaccarati@terra.com.br) for signature
2022-04-13 - 7:59:01 PM GMT
-  Email viewed by Eliana Naccarati (elinaccarati@terra.com.br)
2022-04-13 - 8:15:04 PM GMT- IP address: 200.173.184.29
-  Document e-signed by Eliana Naccarati (elinaccarati@terra.com.br)
Signature Date: 2022-04-13 - 8:18:38 PM GMT - Time Source: server- IP address: 200.173.184.29
-  Document emailed to Jaime A. de Freitas (jaimeaf@fazenda.sp.gov.br) for signature
2022-04-13 - 8:18:40 PM GMT
-  Email viewed by Jaime A. de Freitas (jaimeaf@fazenda.sp.gov.br)
2022-04-13 - 8:31:23 PM GMT- IP address: 104.47.56.126
-  Document e-signed by Jaime A. de Freitas (jaimeaf@fazenda.sp.gov.br)
Signature Date: 2022-04-13 - 8:32:32 PM GMT - Time Source: server- IP address: 189.62.149.49
-  Document emailed to Daniel COELHO (danielsc@usp.br) for signature
2022-04-13 - 8:32:35 PM GMT

 Email viewed by Daniel COELHO (danielsc@usp.br)

2022-04-13 - 8:39:11 PM GMT- IP address: 66.249.83.45

 Document e-signed by Daniel COELHO (danielsc@usp.br)

Signature Date: 2022-04-13 - 8:39:30 PM GMT - Time Source: server- IP address: 143.107.11.20

 Agreement completed.

2022-04-13 - 8:39:30 PM GMT